

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 14-7-2023.

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e dezenove minutos, foi realizada a chamada para a décima segunda sessão extraordinária, na qual registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Nereu D'Avila, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 011/23 (Processo nº 0029/23), de autoria de Alvoni Medina; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 304, 310, 383, 384, 385, 386 e 389/23 (Processo nºs 0524, 0530, 0682, 0683, 0685, 0686 e 0693/23, respectivamente), de autoria de Alexandre Bobadra; o Projeto de Lei do Legislativo nº 391/23 (Processo nº 0695/23, respectivamente), de autoria de Conselheiro Marcelo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 392/23 (Processo nº 0697/23, respectivamente), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Lei do Legislativo nº 393/23 (Processo nº 0701/23, respectivamente), de autoria de Mauro Pinheiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 394/23 (Processo nº 0706/23, respectivamente), de autoria de Biga Pereira; e o Projeto de Resolução nº 057/23 (Processo nº 0690/23), de autoria de Pedro Ruas. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Foi apregoado Requerimento firmado por João Bosco Vaz, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia quatorze de julho do corrente. Tiago Albrecht formulou Requerimento verbal, solicitando que as Comunicações de Líder fossem intercaladas com votações de matérias constantes na Ordem do Dia, ao que Moisés Maluco do Bem, presidindo, respondeu não haver previsão regimental, e que o pedido seria juridicamente impossível. Mari Pimentel formulou Requerimento verbal, solicitando a formação de bloco de proposições para votação em conjunto. Mônica Leal formulou Requerimento verbal, solicitando alterações na ordem de apreciação de matéria constante na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Moisés Maluco do Bem, presidindo, sugeriu alterações na formação do bloco das proposições, e, em seguida, foi aprovado tal Requerimento. Foi aprovada a formação de bloco de proposições, integrado por: Requerimento nº 113/23 (Processo nº 0716/23); Requerimento nº 123/23 (Processo

nº 0618/23); Requerimento nº 072/23 (Processo nº 0326/23); e Requerimento nº 122/23 (Processo nº 0614/23). Cláudia Araújo formulou Requerimento verbal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a presente Sessão, passando-se, após a votação do bloco de Requerimentos acima referido, à apreciação do Projeto de Lei do Legislativo nº 073/23 (Proc. nº 0152/23). Lourdes Sprenger formulou Requerimento verbal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a presente Sessão, passando-se, após os projetos já priorizados, à apreciação do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 004/22 (Proc. nº 0102/22). José Freitas formulou Requerimento verbal, solicitando que fosse mantida a ordem original, estabelecida pela Mesa Diretora e o Colégio de Líderes, de apreciação da matéria priorizada para a presente Sessão. Cláudia Araújo formulou Requerimento verbal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a presente Sessão, passando-se, após a votação do bloco de Requerimentos acima referido, à apreciação do Projeto de Lei do Legislativo nº 056/21 (Processo nº 0188/21), e votando-se em bloco o Projeto de Lei do Legislativo nº 056/21 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 073/23 (Processo nº 0152/23). Moisés Maluco do Bem, presidindo, esclareceu que Projetos de Lei não podem ser votados em bloco. Fernanda Barth formulou Requerimento verbal, solicitando que, após a apreciação do bloco de Requerimentos, fosse mantida a ordem original, estabelecida pela Mesa Diretora e o Colégio de Líderes, de apreciação da matéria priorizada para a presente Sessão. Às quatorze horas e quarenta e um minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foram votados em bloco e aprovados os Requerimentos nºs 113, 123, 072 e 122/23. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 056/21 (Processo nº 0188/21), após ser discutido por Pedro Ruas e encaminhado à votação por Jessé Sangalli e Tiago Albrecht. Foi apregoada a Emenda nº 03, de autoria de Jessé Sangalli e Pablo Melo, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 056/21. Foi apregoado Requerimento de autoria do vereador Jessé Sangalli, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 01 e 02, apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 056/21. Foi aprovada a Emenda nº 03 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 056/21, por dezoito votos SIM e oito votos NÃO, em votação nominal solicitada por Tiago Albrecht., tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Nereu D'Avila, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino, e votado Não Aldacir Oliboni, Fran Rodrigues, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 056/21, por dezenove votos SIM e nove votos NÃO, em votação nominal solicitada por Tiago Albrecht e Mari Pimentel, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nereu D'Avila e Pablo Melo, e votado Não Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Fran Rodrigues,

Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Foi apregoada Justificativa de Falta de Eng^o Comassetto nos dias de doze a quatorze de julho do corrente, devido a sua participação na Solenidade de promulgação de Lei Federal relativa ao programa Minha Casa, Minha Vida em Brasília – DF. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo n^o 260/22 (Processo n^o 0521/22), após ser encaminhado à votação por José Freitas, Gilson Padeiro Prof. Alex Fraga, Lourdes Sprenger e Comandante Nádia. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por José Freitas, solicitando a retirada de priorização do Projeto de Lei do Legislativo n^o 260/22, ora em apreciação. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Airto Ferronato, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Em Votação, foi apreciado o Requerimento n^o 114/23 (Processo n^o 0593/23), após ser encaminhado à votação por Prof. Alex Fraga, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Alvoni Medina, Roberto Robaina, Idenir Cecchim, Alexandre Bobadra, Jessé Sangalli e Tiago Albrecht. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Foi aprovado o Requerimento n^o 114/23, por vinte votos SIM e nove votos NÃO, em votação nominal solicitada por Alex Fraga, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Nereu D'Avila, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Fran Rodrigues, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi registrada a de intenção de Márcio Bins Ely em votar favoravelmente ao Requerimento n^o 114/23. Em Discussão Geral, foi apreciado, em segunda sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica n^o 007/19 (Processo n^o 0504/19). Em Discussão Geral e Votação foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo n^o 366/22 (Processo n^o 0729/22). Foi apregoada a Emenda n^o 01, de autoria de Giovanni Culau e Coletivo e Biga Pereira, ao Projeto de Lei do Legislativo n^o 366/22, bem como aprovado Requerimento, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando a retirada da priorização do Projeto de Lei do Legislativo n^o 366/22, por dezessete votos SIM e quatorze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Comandante Nádia, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Fran Rodrigues, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mônica Leal, Nereu D'Avila e Pablo Melo. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Airto Ferronato e Claudio Janta, solicitando a retirada da priorização de matérias constantes na Ordem do Dia da presente sessão. Em Votação, foi rejeitado o Requerimento n^o 134/23 (Processo n^o

0678/23), por onze votos SIM e quinze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Tiago Albrecht e Idenir Cecchim, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Claudio Janta, Fran Rodrigues, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e votado Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Nereu D'Avila, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 617/21 (Processo nº 1358/21), após ser encaminhado à votação por Comandante Nádia, Prof. Alex Fraga, Alexandre Bobadra e Airto Ferronato. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Jessé Sangalli, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 617/21, por vinte votos SIM e seis votos NÃO, em votação nominal solicitada por Comandante Nádia, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nereu D'Avila, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e votado Não Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Fran Rodrigues, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 039/23 (Processo nº 0084/23), após ser encaminhado à votação por Alvoni Medina. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Em Votação, esteve a Indicação nº 029/21 (Processo nº 0233/21). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Conselheiro Marcelo, solicitando a retirada da priorização da Indicação nº 029/21, ora em apreciação. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Moisés Maluco do Bem, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 073/23 (Processo nº 0152/23), após ser encaminhado à votação por Cláudia Araújo. Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria de Giovanni Culau e Coletivo e de Biga Pereira, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 073/23, bem como apregoada Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, de autoria de Cláudia Araújo, aposta ao referido Projeto. Foi rejeitada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 073/23, por nove votos SIM e dezoito votos NÃO, em votação nominal solicitada por Tiago Albrecht, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Fran Rodrigues, Jonas Reis, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e votado Não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino. Foi aprovada a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 073/23. Foi aprovada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 073/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 073/23. Em

Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 050/22 (Processo nº 0092/22). Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 050/22. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 050/22. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 004/22 (Processo nº 0102/22), após ser encaminhado à votação por Lourdes Sprenger. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 143/23 (Processo nº 0716/23), após ser encaminhado à votação por Mônica Leal, Comandante Nádia, Jessé Sangalli e Tiago Albrecht, por dezenove votos SIM e nove votos NÃO, em votação nominal solicitada por Comandante Nádia, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Fran Rodrigues, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 081/14 (Processo nº 0803/14), após ser encaminhado à votação por Márcio Bins Ely. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Gilson Padeiro, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 081/14, bem como aprovado Requerimento, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria de Márcio Bins Ely, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 081/14, bem como aprovado Requerimento, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 081/14. Foi aprovada a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 081/14. Foi aprovado o Projeto do Legislativo nº 081/14. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 002/23 (Processo nº 0014/23), após ser encaminhado à votação por Alvoni Medina. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Prof. Alex Fraga, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Às dezoito horas, foi encerrada a Ordem do Dia. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mônica Leal, Tiago Albrecht, Moisés Maluco do Bem, Lourdes Sprenger e Comandante Nádia. Às dezoito horas e vinte e um minutos, encerrado o prazo regimental, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Moisés Maluco do Bem e Cláudia Araújo. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde a todos. Esta sessão destina-se à continuação da apreciação de matérias priorizadas para apreciação antes do recesso parlamentar.

Convido os líderes para se reunirem em frente à Mesa para ajustarmos as ordens das nossas votações.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Presidente, para prestigiar os vereadores que aqui se encontram, os que estão presentes, eu peço a alteração da ordem de priorização, no sentido de os projetos do governo – o PLCE nº 015/22 e o PLCE nº 003/23 – serem apreciados após os projetos dos vereadores que se encontram presentes à sessão, prestigiando os vereadores presentes. O vereador que estiver presente suscita a priorização.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Meu Presidente, é o Ferronato. Meus protestos a esta...

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Uma questão de ordem, meu Presidente. (Pausa.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento do Ver. João Bosco Vaz, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares na data de hoje, 14 de julho de 2023. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um requerimento aqui, de plenário, se nós pudéssemos intercalar uma fala de líder, uma votação, uma fala de líder, uma votação, se os colegas pudessem concordar. É possível isso, Luiz Afonso, alternar as falas dos líderes? Não é possível?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Na Ordem do Dia, não pode ter Comunicação de Líder.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Infelizmente, não temos como acolher, não tem previsão regimental para isso.

Vereadora Mari Pimentel (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que os Requerimentos nºs 114/23, 134/23, 113/23, 123/23, 127/23, 072/23, 122/23 e 137/23 sejam votados em bloco.

Vereadora Mônica Leal (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a substituição do Requerimento nº 127/23 da ordem de priorização de votação da presente sessão pelo Requerimento nº 143/23. E que seja o terceiro da lista, se possível. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Mônica está solicitando ao plenário a inclusão do Requerimento n° 143/23, indicado por ela, e abre mão do Requerimento n° 127/23. (Pausa.)

Solicito que os líderes se atentem para que possamos aprovar... Os líderes concordam com a proposição da Ver.^a Mari Pimentel, para que votemos em bloco os requerimentos que estão na nossa priorização? (Pausa.) Vou lê-los para ver se alguém discorda: Proposta de formação de bloco dos seguintes requerimentos: moção de solidariedade de Alvoni Medina e José Freitas em apoio à a provação do PL n° 161/22 na Assembleia Legislativa, que estabelece a obrigatoriedade de prestação de segurança preventiva nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio do Estado; Requerimento n° 134, de autoria do Ver. Jonas Reis: requer que seja encaminhada moção de solidariedade em apoio à proposta que institui carga horária de 180 horas mensais aos servidores de higienização do GHC; Requerimento n° 113/23, de autoria do Ver. Tiago Albrecht: requer que seja o período de Comunicações do dia 14 de agosto destinado a assinalar o transcurso dos 100 anos da Editora Concórdia; Requerimento n° 123/23, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa: requer a constituição de frente parlamentar em defesa do *hip hop* e da cultura de rua; substituição do Requerimento n° 127/23 pelo Requerimento n° 143/23, que a Ver.^a Mônica explicará.

Vereadora Mônica Leal (PP): Sim, retiro a moção de solidariedade à Rádio Jovem Pan neste momento, entrará depois, por uma moção de solidariedade às escolas cívico-militares.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Autorização para substituição do Requerimento n° 127/23 pelo Requerimento n° 143/23, como feito pelo Ver. Aldacir Oliboni.

Seguimos a leitura: Requerimento n° 072/23, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, requer constituição de Comissão Especial com o objetivo de discutir a regulamentação das apostas esportivas eletrônicas; Requerimento n° 122/23, de autoria da Ver.^a Sâmila Monteiro: requer seja o período de Comunicações no dia 18 de setembro destinada a assinalar o transcurso dos 12 anos da Escola Cristã Reverendo Olavo Nunes; Requerimento n° 137/23, de autoria do Ver. Jonas Reis: requer que seja enviada moção de repúdio à manifestação do deputado federal Eduardo Bolsonaro, em Brasília, equiparando as atividades docentes do País às de traficantes de drogas. Essas são as proposições que estão indicadas para a formação de bloco.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, estava conversando com os colegas aqui, isso é muito rápido, mas não dá para fazer. Eu não posso concordar em fazer, por exemplo, a proposição do Ver. Tiago, que é Editora Concórdia, se vota rápido e acho que todos estão de acordo, com a diminuição de 240 horas para 180 horas, num momento em que estamos precisando de profissionais da saúde. Então, não dá. Acredito

também que o Ver. Robaina – li o pensamento dele – não quer votar o requerimento das escolas cívico-militares.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Posso sugerir? Não podemos retirar do bloco de votação a proposição da Ver.^a Mônica Leal, Requerimento n° 143/23, e também o Requerimento n° 137/23, do Ver. Jonas Reis, para se votar em separado, e o resto votar em bloco? (Pausa.)

Ah, querem tirar também do bloco de votação o Requerimento n° 134/23, do Ver. Jonas Reis?

Se os líderes concordarem em retirar do bloco de votação os Requerimentos n°s 143/23, 137/23 e 134/23, podemos votar o resto em bloco? Temos acordo?

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O bloco será constituído pelos Requerimentos n°s 114/23, 113/23, 123/13, 122/23 e 137/23. (Pausa.)

Há uma solicitação aqui para votar o Requerimento n° 114/23 em separado.

Repito, o bloco será formado pelos Requerimentos n°s 113/23, 123/23, 072/23 e 122/23.

Em votação a formação do bloco. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA** a formação do bloco.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que o PLL n° 073/23 seja o próximo a ser votado, após a votação do bloco constituído agora.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Eu sou contrário.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Eu, igualmente, Presidente...

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Gente, só um momento, Ver.^a Lourdes. Eu acho que nós temos primeiro decidir a Priorização. Diretoria Legislativa...

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Acho que tem que ouvir o Ver. Jessé, por que que ele é contrário, para ver se dá para compor.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Está bem. Ver. Jessé, quem sabe o senhor encaminha o requerimento.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Na verdade, qual foi o acordo antes aqui? Votos do governo, depois votos dos vereadores.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Não.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Não, sim, exatamente. Daí agora vamos inverter, colocar o dos vereadores e aí que está. O primeiro da lista é o três, que é meu e do Ver. Pablo, o PLL nº 056/21. Mudar a ordem do que já estava acertado com relação aos vereadores?

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Mas o senhor pode pedir para ser o segundo a ser votado.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Daí não segue a ordem?

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Não, querido, mas isso é do Regimento, Jessé. A gente vem aqui, pede a priorização

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Se o vereador quiser fazer como segundo e terceiro, o meu pode ser o quarto, não tem problema.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Ver. Jessé, a Ver.^a Cláudia lhe pergunta...

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB) (Requerimento): Seguindo a ordem, Sr. Presidente, solicito que o PLCL nº 004/22 seja votado após os projetos já priorizados, incluindo na ordem possível.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Vamos começar a votação.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Presidente Moisés, estás me ouvindo?

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Sim, vereador.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Não vão fazer nenhuma mudança de priorização. Agora, não estou presente, e não estou presente, porque estou bastante gripado. Portanto, aquele requerimento do Ver. Cecchim, de que, em homenagem aos presentes, só esses poderiam puxar para frente os seus projetos, eu quero dizer que não concordo. Respeito, já foi aprovado, mas apenas para dizer que não estou aí, porque estou gripado, senão estaria. E não vejo como boa política distinguir aqueles que estão presentes daqueles que estão *online*. Aquele abraço para vocês. Estamos aí, e não priorizo nenhum.

Vereador José Freitas (REP) (Requerimento): Eu entendo o Ver. Jessé porque o meu está após o dele. Solicito que seja mantida a ordem original da ordem priorização de votação.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Acolhida a solicitação do pedido, nós vamos decidir.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, conversei com o Ver. Jessé, depois do bloco seria a votação do projeto do Ver. Jessé.

Solicito que seja votado, após a votação do bloco de requerimentos, o PLL nº 056/21 e o PLL nº 073/23, em bloco, porque os dois têm parecer favorável.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Projeto de lei não pode ser votado em bloco.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Quero fazer uma questão de ordem. Vamos ordenar a reunião no plenário, porque nós estamos numa sessão extraordinária que foi convocada e eu já nem sei por que foi convocada. Sinceramente! Se foi para aprovar os fundos, então vamos debater. Está uma situação que a gente fica desorientado no plenário.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Foi convocada a reunião extraordinária porque nós temos um grande número de projetos a votar, e o plenário decidiu que vai votar os projetos dos vereadores.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Mas está mal organizado. Senão nós vamos começar...

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Vereador Robaina, o senhor já fez o seu registro.

Vereadora Fernanda Barth (PODE) (Requerimento): Gostaria de solicitar, se fosse de acordo de todos, que a gente vote o bloco e depois siga a ordem do que está proposto, senão cada um vem aqui...

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): (14h41min)
Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 113/23 – (Proc. nº 0592/23 – Ver. Tiago Albrecht) – requer seja o período de Comunicações do dia 14 de agosto destinado a assinalar o transcurso dos 100 anos da Editora Concórdia. (SEI 298.00042/2023-20)

REQ. Nº 123/23 – (Proc. nº 0618/23 – Ver. Marcelo Sgarbossa) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa do Hip Hop e da Cultura de Rua. (SEI 041.00057/2023-72)

REQ. Nº 072/23 – (Proc. nº 0326/23 – Ver^a Comandante Nádia) – requer a constituição de Comissão Especial com o objetivo de discutir e atuar pela regulamentação das apostas esportivas eletrônicas. (SEI 025.00037/2023-18)

REQ. Nº 122/23 – (Proc. nº 0614/23 – Ver^a Sâmila Monteiro) – requer seja o período de Comunicações do dia 18 de setembro destinado a assinalar o transcurso dos 12 anos da Escola Cristã Reverendo Olavo Nunes. (SEI 261.00002/2023-12)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o bloco formado pelos Requerimentos nºs 113/23, 123/23, 072/23, 122/23. (Pausa.) (Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0188/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 056/21, de autoria dos Vers. Jessé Sangalli e Pablo Melo, que estabelece a possibilidade de interposição por meio digital de defesa administrativa ou recurso a serem apresentados à Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI) do Município de Porto Alegre ou ao órgão recursal municipal competente, contra as penalidades previstas na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro (CTB) –, e alterações posteriores. (SEI 220.00026/2021-32)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- com Emendas nºs 01 e 02 (destacadas), dos Vers. Jessé Sangalli (Líder da Bancada do Cidadania) e Pablo Melo;
- adiada a discussão por duas Sessões em 13-04-22;
- incluído na Ordem do Dia em 15-12-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 056/21](#). (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, Ver. Moisés Maluco do Bem; vereadoras e vereadores; eu tenho uma dúvida neste projeto e vou fazer uma introdução brevíssima. O Brasil é uma federação atípica, por quê? Vamos imaginar os Estados Unidos. uma federação típica, onde num estado é permitido o aborto, no outro não; num estado é permitido o uso de drogas, no outro, não; num estado tem pena de morte, no outro, não, isso é uma federação. A federação brasileira é atípica porque ela é unitária, ela poderia ser um estado unitário sem divisão geográfica em estados membros, porque a legislação penal é uma só, a legislação trabalhista, Ver. Tiago, é uma só, a legislação tributária é uma só, civil é uma só, então é uma federação atípica. Bem, no caso do trânsito também é uma só, eu acho que nós vamos terminar aprovando ou rejeitando, mas no caso da aprovação é que é o problema, um projeto que é inconstitucional, porque nós estamos interferindo, Ver. Nereu D’Avila, numa legislação federal, no regramento federal de maneira municipal, minha única observação é esta. O mérito do projeto, em si, existe porque facilitaria, digamos, a quem recorre, mas me parece que nós estamos interferindo aqui na legislação federal e nesse sentido seria absurdo votar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Jessé Sangalli e do Ver. Pablo Melo, ao PLL nº 056/21.

Aprego requerimento, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando a retirada das Emendas nºs 01 e nº 02 ao PLL nº 056/21. Não há necessidade da dispensa do envio da Emenda nº 03 às comissões porquanto a proposição tramita sobre a égide do art. 81 da lei Orgânica do Município.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 056/21, como autor.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Bom, com relação a essa ideia da questão do recurso de multa digital, eu entendo a preocupação do Ver. Pedro Ruas com relação à questão da legalidade do ponto de vista de o Município poder legislador sobre isso ou não. Mas aqui no Código de Trânsito, Seção II, da Composição e da Competência do Sistema Nacional de Trânsito, [art. 8º](#), fala que “os estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão os respectivos órgãos e entidades executivo de trânsito e executivos rodoviários, estabelecendo os limites circunscricionais e suas atuações”. Com relação a isso, a gente não está tratando de trânsito, nós não estamos tratando de trânsito, nós estamos falando sobre a maneira como vai ser feita a gestão administrativa do recebimento da questão da multa. Se vai ser por papel, como é autorizado hoje, ou se nós aceitaremos mediante um formulário online, basicamente essa

é a diferença. Então nós não mexemos na questão da regra de trânsito, não mexemos na legislação de trânsito nacional, mas, na lógica da concomitância da questão da administração da circunscrição, faz sentido nós mudarmos, como administrativamente é feita hoje a coleta dessa multa aqui em Porto Alegre.

Eu sei porque eu sou IAT, Instrutor de Armamento e Tiro, e a própria Polícia Federal recebe os documentos de maneira *online* e, quando aprovado, tu tens que levar fisicamente os documentos para comprovar aquilo que tu estás alegando. Então, na verdade, é uma mudança meramente administrativa para permitir que a pessoa possa se defender de maneira prévia. E, normalmente, é recusada a defesa da pessoa porque ela acaba não cumprindo os requisitos, às vezes ou, na verdade, na maior parte das vezes, acaba sendo meramente protelatória, e acaba não sendo nem necessário fazer a entrega física dos documentos na própria EPTC. E, se for parar para pensar, é até um contrassenso, porque hoje é autorizado à EPTC a receber esses mesmos documentos por xerox, via carta, isso é possível hoje. Mas não é possível fazer o mesmo envio *online*, não faz sentido. Então, como nós estamos na questão da digitalização dos processos públicos, na lógica de diminuir o gasto com papel, com combustíveis fósseis e algo nesse sentido, faz sentido a gente aderir ao processo de digitalização também da questão dos recursos de multas da cidade de Porto Alegre. Lembrando que existe lei federal que já fala sobre a questão da digitalização e o próprio governo do Estado já tem, dentro do Detran, um sistema de digitalização e também de recursos *online*, tanto que o próprio motorista pode assumir a multa, e, quando ele assume a multa de maneira prévia, ele já paga mais barato, porque ele assumiu, tirando toda aquela parte burocrática de ter que recorrer e coisa nesse sentido. Então nós tivemos uma reunião, uma conversa com o secretário de mobilidade, o Adão, que pediu para nós fazermos a Emenda nº 03, que era para tratar do prazo de implementação, e, atendido esse requisito, o governo deu acordo, e por isso eu peço para os colegas que votem favorável ao projeto, porque tem acordo também do governo, e vai ser benéfico para o cidadão.

Queria só fazer aqui uma observação, além do Ver. Moisés Barboza, que é um preocupado com a questão do trânsito, a parceria do Ver. Pablo Melo que, desde o primeiro momento, acompanhou, tanto no prefeito quanto na secretaria de mobilidade, para fazer essas conversas, porque a gente sabe que muitas vezes o poder público é inerte, ele prefere não interferir em processo que ele já está habituado, e o caso do trânsito é um desses, mas, por conta de toda essa construção, a gente acredita que vai ser possível e benéfico para o cidadão. Então quem puder votar a favor, estamos juntos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Obrigado, Ver. Jessé. Eu, aqui, em nome do Legislativo municipal, dou os parabéns, feliz aniversário ao Ver. Pablo Melo, que está de aniversário hoje. (Palmas.)

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 056/21.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente Moisés, eu lhe acompanho todas as noites na TV Pampa, o senhor é o melhor deles todos; senhoras e senhores vereadores, amigos que estão na assistência nas galerias, o mérito deste projeto é bom. Nós, do partido NOVO, do Partido Liberal, que preconizamos a desburocratização do processo estatal, Ver. Cassiá, de uma multa, de um tributo, de alguma coisa, nós louvamos esse tipo de atitude. O problema, que na verdade não é um problema, é um dever, é ser aferrado ao devido processo legal, e, na nossa interpretação, esta lei é inconstitucional, porque ela tem um vício de origem. Repito, ainda que o mérito seja importante, esta lei é inconstitucional, porque esbarra na iniciativa privada do Executivo municipal. E por que que ela esbarra? Porque este projeto impõe obrigações a secretarias, a órgãos da administração municipal. Aliás, esse vício de origem é apontado também pela Procuradoria deste Legislativo. Por isso, nós votaremos contra; não pelo mérito, inclusive, Ver. Jessé, que é parceiro nosso, é um vereador muito atuante, a gente deixa a sugestão para que ele leve ao Executivo. O Ver. Cassiá me lembra aqui – é verdade, vereador, eu tenho inclusive anotado aqui. Foram cinco a um pela rejeição na CCJ por causa do vício de origem, mas a gente sugere que o Ver. Jessé possa levar ao prefeito Melo a sugestão, possa registrar que é a sua recomendação, porque, de fato, desburocratiza. Mas, nós, do NOVO, repito, precisamos estar aferrados ao devido processo legal, às leis e portanto encaminhamos “não”. Pedimos que o plenário vote “não”, porque é um projeto inconstitucional, com vício de origem. Apesar de meritório, é o Executivo municipal, que impõe tais obrigações. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo autor.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): As Emendas n^{os} 01 e 02 ao PLL n^o 056/21 foram retiradas.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht, a Emenda n^o 03 ao PLL n^o 056/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 18 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht e pela Ver.^a Mari Pimentel, o PLL n^o 056/21. (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo Justificativa de Falta, nos termos do art. 227, §§ 6^o e 7^o, do Regimento, do Ver. Eng^o Comassetto, nos dias 12 a 14 de julho de 2023, para participação na solenidade de promulgação de Lei Federal relativa ao programa Minha Casa, Minha Vida, em Brasília/DF.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0521/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 260/22, de autoria dos Vers. Gilson Padeiro e José Freitas, que cria acessos para pedestres nas praias do Lami e do Veludo. (SEI 034.00284/2022-24)

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM. Relatora-Geral Ver^a Fernanda Barth: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 05-06-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 260/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLL nº 260/22. O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautor.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde, Ver. Moisés, Presidente dos trabalhos; colegas vereadores. Subo aqui para ver se consigo mostrar para os senhores a nossa intenção. O projeto diz “cria acessos para pedestres nas praias do Lami e do Veludo.” Na verdade, não é criar, porque os acessos já existem. Vou mostrar para os senhores ali. (Procede-se à apresentação.) “O PLL nº 260/22: cria acessos para pedestres...” Estão aí as imagens das praias do Lami e do Veludo. Objetivo e iniciativa é criar trilhas de acesso – eu repito, já existem, vocês vão ver nas imagens – permanentes nas praias da capital. Só para vocês entenderem, no inverno criam-se juncos, e todo ano a Prefeitura tem que ir lá e limpar. Então, a ideia é para ter permanente, porque quem mora ali na Av. Beira-Rio, que tem o seu barco, ela já sai da frente de casa nesses acessos. Então, a ideia é nós colocarmos nomes, escolhidos pelas famílias lá, e a Prefeitura vai conservar todo o ano. O que acontece? Todo verão, os moradores vão lá com facão e fazem os seus acessos. A ideia é que se tornando lei, vão ficar os acessos permanentes, mantidos pela Prefeitura. Aí está uma foto da aia do Lami, como ficam os acessos nesse período de inverno, e na Praia do Veludo. No verão, para que os moradores possam usar as praias do Lami e Belém Novo, é necessário que sejam cortados os juncos existentes na orla. Aí dá aquela briga, não é? Eu estive lá no verão, para os senhores entenderem, é assim que a Prefeitura faz no verão, ela abre esses acessos. Então, qual é a ideia deste projeto? Nós vamos colocar nome nesses acessos, desde a Praia do Lami até o Belém Novo, e a Prefeitura – nós já sentamos com a bióloga, ela concordou, este projeto não é coisa da minha cabeça –, e a Prefeitura vai manter assim. O Prof. Alex já levantou a mão ali. Ali é como fica durante o verão quando é usado. Olhem como fica. E, no inverno, pela falta de uso, ele cria os juncos novamente. Então, a Prefeitura manterá os acessos sempre abertos, repito: para os moradores, pescadores, já sai na frente da sua casa. Ali é quando eu estive com a bióloga na época, a bióloga Carmen, ela concordou, e nós

tocamos, eu e o Ver. Gilson Padeiro assinamos juntos, e nós temos construído esse projeto junto com a Prefeitura. Repito, a ideia é para que os acessos venham a ser mantidos sempre abertos, o ano inteiro, pela Prefeitura. Senão, toda vez que cria os juncos, os moradores vão lá e cortam a facção, cortam de qualquer jeito, e vão abrindo em vários locais. Assim não, nós vamos ter o acesso permanente aberto.

Não sei se consegui me fazer entender, mas a princípio é isso, qualquer dúvida estou ali na minha mesa. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 260/22.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Quero saudar o Presidente Moisés, os colegas vereadores e vereadores, todos que nos acompanham nas redes sociais. O Ver. José Freitas e eu, nós fizemos esse projeto aí para quê? Os colegas sabem que eu sou um morador, há muito tempo, do Extremo-Sul, são só 48 anos de Lami e Belém. Antigamente a praia era para todo cidadão de Porto Alegre, mas com o tempo, o junco começou a crescer, hoje nós temos os salseiros, a mata começou a tomar conta e, com esse tempo, começou a trancar as entradas de praia. Então, o projeto é muito importante para ter acesso dos banhistas à Praia do Lami, à Praia de Belém Novo, para não ter burocracia, quando chega em setembro, e se tenha que limpar os acessos e tudo.

No ano passado, a bióloga Maria Carmen, da SMAMUS, foi parceira, mas sempre teve um problema muito grande na hora de limpar os acessos, aí os moradores mesmo acabavam limpando à noite, clandestinamente, o que não é permitido. Criando esse projeto, deixamos aos cuidados da Prefeitura de Porto Alegre para fazer essa manutenção e essa limpeza no local. Muito obrigado pelo espaço, um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 260/22.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, eu agradeço aos meus companheiros de bancada, em especial ao nosso líder, Ver. Pedro Ruas, à minha colega Fran Rodrigues, ao Ver. Roberto Robaina, por poder me expressar em tempo de liderança e encaminhamento pelo PSOL. Eu trago aqui para contribuição neste debate uma visão dos meus colegas de formação, biólogos e demais ambientalistas, de que vegetação ribeirinha não é mato; junco e formações vegetais são processos de sucessão ecológica em que há um desenvolvimento, geralmente progressivo de complexidade, para abrigar peixes, crustáceos e demais formas de vida. Se abrirmos esse precedente para remoção da vegetação que margeia o Guaíba, a população pode, através dessa iniciativa legislativa, achar que não tem mais a necessidade de, nas encostas do nosso lago Guaíba, manter vegetação, porque tem gente que vê isso como transtorno,

como sujeira, mas não é, isso é riqueza, é biodiversidade, e, portanto, há necessidade de preservação. A vegetação ajuda a amortecer parte das águas de cheia, portanto, deve ser protegida, deve ser preservada. Todas as áreas balneáveis na costa da Região Sul da nossa cidade já têm acessos, Ver.^a Lourdes: a Praia do Veludo tem os seus acessos, em toda orla de Belém Novo, Lami, existem já acessos feitos, o que nós não podemos permitir é abrir um precedente legal no Município para que qualquer pessoa possa, com uma enxada ou com um facão, remover essa vegetação. Não é possível! Várias espécies de peixes colocam seus ovos em meio ao juncal, se nós removermos vegetação ou abrirmos a possibilidade de que isso aconteça, nós vamos ter uma redução significativa, brutal, da quantidade de formas de vida no nosso lago Guaíba, e eu acredito que as pessoas aqui presentes, os vereadores e as vereadoras, não têm essa intenção. Fora o fato de que há vício de origem neste projeto. Se a Prefeitura e o órgão ambiental, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade acharem por bem que é necessário ampliar os acessos e mantê-los, que tomem a iniciativa de propor algo semelhante, mas não cabe a este Legislativo propor matéria dessa natureza. Por mais que eu compreenda que existem pessoas que fazem coisas erradas na Zona Sul e que talvez precisem ser, entre aspas, protegidos pela iniciativa de um vereador ou outro, eu não posso concordar com esse tipo de atividade. Já existem os acessos, a Prefeitura mantém esses acessos nos locais balneáveis, nos locais em que a profundidade é segura para a ocupação da população, e nós não podemos aprovar este projeto de lei. Agradeço a atenção dos vereadores e vereadoras, mas peço muita cautela e o voto negativo a este projeto obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Lourdes está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 260/22.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente Moisés, em exercício, vereadoras e vereadores nesta sessão extraordinária de sexta-feira à tarde; vem para discussão e encaminhamento um projeto de lei que trata dos acessos para pedestres nas praias do Lami e do Veludo. Como bem disse o Ver. Alex, conheço esses acessos desde quando fui presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, que a própria comissão, na própria secretaria do Meio Ambiente esteve presente numa vistoria e não permitiu a retirada de pequenos arbustos nativos, os juncos, porque tem esse pequeno acesso. O que essa preocupação traz é que o pouco que ainda temos do que é natural, da nossa natureza, não dá para nós, num projeto, embora tenha a sua intenção de favorecer a entrada de barcos, votarmos favorável. São praias, vamos dizer assim, com muita área nativa, área importante para o meio ambiente. Eu não defendo só cão e gato, eu defendo também o meio ambiente, os animais silvestres, e inclusive estamos fazendo um trabalho agora junto a esses desmatamentos para que seja dada mais visibilidade à fauna e à flora. Eu tenho a certeza de que esse projeto não pode ser simplesmente votado aqui liberando a limpeza dos juncos para favorecer quem quer sair com seu barco em qualquer lugar. Não, tem as entradas maiores, as saídas maiores, e estas pequenas

passagens. Mas eu acho que tem outra preocupação que deveria vir aqui para plenário, que é a área de lazer, as churrasqueiras melhor ampliadas, melhor construídas, a área de lazer para as pessoas utilizarem, de pontos em pontos, que são várias áreas que têm churrasqueira, ampliando, isto sim, nas áreas já disponíveis, ao invés de querer limpar a orla num local onde se disfruta o bem-estar, se disfruta a natureza, pois em breve muitos não saberão nem o que é junco, já que querem arrancar tudo. Então o encaminhamento não é pela aprovação neste momento deste projeto. Nós temos a secretaria do meio ambiente que pode fazer este trabalho com manejo adequado. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 260/22.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente Moisés, vereador que preside nesse momento esta sessão em que mostra os vereadores, mesmo antes do recesso, tendo muita vontade de trabalhar, porque realmente Porto Alegre tem pressa, líder Cecchim, e é isso que nós precisamos. A cidade não pode parar, e o recesso da Câmara de Vereadores não pode ser causador de atraso na votação de projetos que estão para ser votados há muito tempo, e que a gente deixe pelo menos essa pauta limpa para o reinício do segundo semestre. Quero agradecer a minha líder Mônica Leal pela possibilidade de usar o momento de encaminhamento, mas falo por mim, até porque não combinamos votos na bancada do Progressistas, e eu aqui venho a favor desse projeto tão bem escrito pelo Ver. Gilson Padeiro, pelo Ver. José Freitas, que fazem com que as pessoas que têm mais condições de se banhar no verão, por certo, estão nas piscinas, estão nas praias, estão em Xangri-lá, em Capão da Canoa, em Torres, seja lá o que for. Mas, aquelas pessoas com menos condições, as pessoas mais vulneráveis, mais humildes, famílias inteiras que não têm possibilidade de viajar, no calor, no verão, utilizam o nosso querido Lami, com as suas praias, para aproveitar ali, se refrescar, levar uma cesta de piquenique, fazer um bom galeto, enfim. E é ali que o Ver. Freitas e o Ver. Gilson Padeiro solicitam que seja feito o acesso a pedestres nas praias. Vejam bem, ninguém está falando em barco. O projeto é bem claro, cria acessos para pedestres nas praias do Lami e do Veludo, que já existem; são acessos que são abertos corriqueiramente, a cada ano que passa, e esse projeto fala que esses acessos sejam permanentes, sejam melhor cuidados, sejam, efetivamente, daqui a pouco até dar um nome pro acesso, e por que não, fazendo com que aquelas pessoas mais carentes possam também aproveitar a nossa Porto Alegre, que é linda. A ideia principal do projeto é fazer com que as trilhas de acesso – que já existem, feitas de qualquer jeito – se tornem permanentes, que sejam melhoradas, que possam, as pessoas com mais falta de condições, aproveitar o Lami e a Praia do Veludo. Vejam, não é uma briga aqui do meio ambiente e sustentabilidade. Não há nada disso! Vamos parar de ser contrários à toda evolução, preservando, sim, o meio ambiente. Mas se ali já existe uma trilha, por que não torná-la permanente? Eu tenho visto uma briga efetiva, Ver. José Freitas, que parece que nós que queremos a melhoria de partes de Porto

Alegre, como foi o Embarcadero, como foi a orla, como deve ser o Parque da Harmonia, e agora as praias do Lami e do Veludo, parece que nós somos contrários ao meio ambiente, que nós não queremos a sustentabilidade, que nós vamos detonar com fauna e flora. Não tem nada que ver, esses são argumentos de pessoas que não têm a cabeça aberta, são argumentos de pessoas que não conhecem a realidade das pessoas mais carentes de Porto Alegre. Gostaria que os vereadores aqui conhecessem o Lami, a praia do Veludo, que tem o Ver. Gilson muito atuante lá no Extremo-Sul e que agora quer fazer também uma melhoria para aqueles mais carentes. Mas, às vezes, a melhoria aqui na orla é para rico, lá no Lami, no Veludo é para quem, Ver. Nereu? É uma briga de hipocrisia que a gente vê aqui e, no final, quem perde é o porto-alegrense. Então, Ver. Freitas, Ver. Gilson, contarão com o meu “sim” bem grande, porque eu conheço o Extremo-Sul e sei da necessidade das pessoas também aproveitarem e ter o seu lazer na época de verão no Lami e na praia do Veludo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador José Freitas (REP) (Requerimento): Sr. Presidente, em respeito ao meu colega Ver. Gilson, que não está presente e, quando estiver presente, para ele até explicar melhor para os colegas vereadores, e deixo bem claro, não é criar, até está mal redigido, é colocar nome nas já existentes, eu solicito a retirada da priorização do PLL nº 260/22.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Airto Ferronato (PSB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada da priorização do PLL nº 026/21.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 114/23 – (Proc. nº 0593/23 – Vers. Alvoní Medina e José Freitas) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “à aprovação do Projeto de Lei 161/2022, que tramita na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o qual estabelece a obrigatoriedade de prestação de segurança preventiva nas

escolas públicas e privadas, de ensino fundamental e médio do Estado”. (SEI 020.00086/2023-55)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o [Requerimento nº 114/23](#). (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, por onde começar? Ainda bem que é uma moção de solidariedade, cujo potencial lesivo é menor. Mas, senhoras e senhores, Ver. Hamilton Sossmeier, nosso Presidente, eu dou aula há 23 anos, são 23 anos em diferentes escolas no Município de Porto Alegre, escola municipal, várias escolas privadas, e a presença de pessoas armadas no interior de uma escola... Eu não quero faltar com o decoro, eu vou tentar polir os adjetivos que vêm à minha mente, mas é de uma total e completa falta de responsabilidade. É absurdo! Tudo bem, vivemos um momento complicado em que ameaças às nossas escolas e aos nossos jovens se tornaram, infelizmente, uma realidade, muito por conta de pessoas irresponsáveis que vão às escolas descontentar sua frustração, o *bullying* sofrido quando eram estudantes, problemas emocionais, desavenças, e causam crimes bárbaros. Agora, colocar pessoas com armas letais no interior de unidades de ensino, é irresponsável. É irresponsável! Se fosse uma iniciativa para colocar brigadário, guarda municipal no portão da escola, eu não teria essa mesma manifestação. Agora, no interior, no interior de escolas, pessoas armadas, isso é um absurdo! Fazer *lobby* por armamento é uma coisa, mas colocar arma dentro de escola? Isso é idiota, senhoras e senhores! Isso é inaceitável! Inaceitável! É tão irresponsável quanto o bobado que pretende armar professores e professoras, e esse tipo de iniciativa, esse tipo de proposta, é colocado na sociedade. Isso é doentio! É doentio! Arma não garante segurança, arma garante morte! Muitas pessoas que têm treinamento, que têm autorização para porte de arma, tem curso de tiro, são desarmadas, porque são pegadas desprevenidas. O ex-governante do Brasil, Bolsonaro, foi assaltado, o seu armamento foi levado; poderia ter sido morto com a própria arma. Agora, isso, dentro de uma escola, é quase garantir que possam, com muito mais frequência, acontecer desastres, tragédias. Não dá, gente! Não dá! O que que é isso? Em pleno século XXI, rumarmos para essa irracionalidade, isso é um absurdo! Se os vereadores pastores defendessem a bíblia nas escolas, de cunho convencional, em todas as mesas, tudo bem, é uma escola confessional. O estado é laico, mas a escola tem cunho religioso; por mim, não teria problema algum. Agora, arma? Que cristandade é essa, meu Deus do céu? Esse é o Cristo que vocês seguem, do Novo Testamento, aquele que diz: “Amai-vos uns aos outros assim como eu vos amei”? Que absurdo! Arma em escola, vocês estão doidos! Vocês estão doidos! Eu defendo policial, guarda municipal, eu defendo policial armado, mais equipamento, mais efetivo. Eu não defendo segurança privada armada em escola! Isso é irresponsável, nunca defendi vagabundo, Ver. Freitas, o senhor limpe a sua boca antes fala de mim! Nunca defendi

vagabundo, eu defendo a educação e a segurança das nossas escolas, coisa que o senhor não faz e aqui ataca! Lave a sua boca! Obrigado, boa tarde!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 114/23.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, colegas, ouvimos agora o vereador do PSOL, que quer combater criminalidade com livros, com árvores, com flores, com bombom, pois é. Criminalidade, querido vereador do PSOL, se combate com homens e mulheres qualificados, armados! Eu vou lhe dizer: a arma é um instrumento de defesa, não é um instrumento de morte.

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Não, não é, querido. Uma arma é igual a um instrumento qualquer, como se fosse uma caneta, uma foice, uma arma também é um instrumento. Se entregar um instrumento caneta para alguém analfabeto – vou lhe falar, porque o senhor é professor, eu também – não vai sair nada numa folha de papel. Se eu entregar um instrumento caneta para alguém letrado, por certo vai sair um bom projeto, uma moção de solidariedade, uma música, uma letra de poema.

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Uma foice também, querido, uma foice é um instrumento que na mão certa da pessoa qualificada, de um agrônomo, de um agricultor, ele vai saber o que fazer com a foice, mas a foice, na mão errada de um cara do MST, degolou um soldado na Esquina Democrática. Vamos adiante. Uma arma é um instrumento que na mão qualificada, na mão de alguém profissional que esteja treinado, ela vai defender aqueles que mais nós amamos. E é um absurdo, eu sou da segurança pública, eu sou da Brigada Militar, 28 anos atuando na linha de frente e vou lhes dizer: são o soldado, o sargento, o policial civil, o policial federal que armados defendem a população. Quer, esta moção, dizer para a Assembleia que nós, vereadores, queremos as escolas seguras, e escola segura, queridos, não é com alguém carregando uma flor, um caderno ou um livro. Aliás, sou professora de letras, adoro livros. Livros não são incompatíveis com armas, ninguém está estimulando arma na mão de quem não tem habilidade, nós estamos falando que nós queremos a proteção de crianças e adolescentes, eu quero a proteção dos meus filhos. Eu quero saber aqui qual vereador que não quer a proteção dos seus filhos, do seu vizinho, dos filhos de quem mora em Porto Alegre ou no Rio Grande do Sul? É um absurdo o que eu acabei de ouvir, senhores, que arma não deve estar junto de escola, como se a arma fosse o grande problema. E vou

lembrá-los que aquele criminoso que tirou a vida de crianças inocentes entrou sem arma, tinha uma machadinha. Outros criminosos que tiraram a vida de inocentes estavam com facas. E aí? São dois pesos ou duas medidas? Ou aqui o senhor está me dizendo que não gosta de polícia? Eu não posso acreditar, tenho certeza de que o senhor gosta, mas o senhor tem que organizar as suas ideias de que para termos colégios, escolas protegidas nós temos, sim, que ter gente armada qualificada da segurança pública ou da segurança privada, porque não é pegar a arma e atirar para cima, senhores. Eles passam por treinamento, passam por coordenação, passam pelo psicotécnico e, se estão armados, é porque têm condições. Eu quero dizer ao Ver. Freitas e ao Ver. Alvoní que terão o meu “sim” nesta moção de solidariedade, assim como a Assembleia terá o meu “sim” para esse projeto, porque eu não sou hipócrita, eu quero crianças, adolescentes, estudantes seguros, porque eu sou mãe. A partir do momento em que eu levo o meu filho na escola, eu quero ter a certeza de que ele está com vida do início da aula até ele retornar para casa. E aqui, esses que vão, que dizem que não querem segurança, bom, para esses eu vou dizer: “Chama o Batman, porque vocês vivem no mundo da lua!” Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver. Fernanda Barth está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 114/23.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): Boa tarde a todos que nos acompanham pela TVCâmara, pelo YouTube. Eu venho aqui muito perplexa fazer esta colocação, porque é uma coisa um tanto quanto óbvia, porque, se você tem uma pessoa armada, qualificada para a segurança, num estabelecimento, o meliante, o maluco, o criminoso, o fanático, eles vão pensar dez vezes antes de entrar naquele estabelecimento para fazer qualquer ato de violência, porque eles sabem que eles correm o risco de ter a sua vida ceifada. Por que é que os malucos, os fanáticos, os assassinos, os psicopatas tendem a escolher escolas, hospitais para fazerem seus ataques? Porque são consideradas áreas livres de armas, porque eles entram lá sabendo que as pessoas estão lá como ovelhinhas desarmadas, para os predadores, para os malucos das sombras que querem fazer suas vítimas. Então, ver um vereador chegar aqui para falar mal de um projeto meritório, uma moção de solidariedade a um projeto meritório que garante, às nossas crianças, segurança dentro da sala de aula, segurança dentro da escola, chega a beirar o absurdo. Aos meus amigos que estão aqui falando em defesa da cultura: não existe cultura sem segurança! Não existe alimentação na escola sem segurança! Porque não existe vida sem segurança. Os ataques que vimos, às creches, feitos com machadinho, o bandido que quer matar mata com qualquer coisa, mata com uma pedrada, mata com um martelo, um tijolo, mata até com um livro pesado, se quiser. Armas não matam, são pessoas que matam; e as armas nas mãos das pessoas erradas, quando o lado certo está desprevenido. Ou seja, temos, sim, que ter segurança pública ou privada nas escolas para garantir a segurança das nossas crianças. E eu vou além. Vereador que vem aqui falar mal deste projeto, eu não preciso ter que explicar que é muito mais moral e ético tu teres uma

segurança privada contratada numa escola particular do que teres que botar um guarda municipal ou um segurança público numa escola privada. Escolas privadas têm condições de ter seguranças privados, armados, para segurança das suas crianças, aqui o Ver. Alvoni, o Ver. Freitas. Então, o uso correto de dinheiro público é botar nas escolas públicas seguranças armados públicos! E, nas escolas privadas, segurança privada armada, paga com dinheiro privado! Queremos, sim, garantir a segurança das crianças nas escolas e nas creches! Quem vem aqui falar contra este projeto quer as famílias em estado de insegurança, quer as crianças em estado de insegurança, quer pais e mães em casa sem saber se os filhos voltarão para a escola. Vem ser hipócrita assim, pelo amor de Deus! Temos, sim, que ter apoio a este projeto! Este projeto tem que passar na Assembleia Legislativa, porque a única coisa que para o psicopata que vai sair de casa de manhã armado para matar crianças é, sim, um homem armado, ou uma mulher armada, devidamente treinados, que possam fazer com que chacinas sejam interrompidas antes da primeira gota de sangue ser derramada! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 114/23, como coautor.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, meu Presidente, Ver. Moisés; eu estou meio preocupado, eu fiquei preocupado porque realmente eu não consegui entender qual foi a do nosso Prof. Alex Fraga. Tenho admiração por esta pessoa, mas infelizmente eu não o vejo compreender a importância desta moção, porque as nossas crianças e as escolas têm sido afetadas em todo o País, os pais que têm deixado seus filhos na escola e querem recebê-los de volta quando forem buscá-los. E não é só para os alunos, é também para os professores, para todas as pessoas que estão ali naquela escola. Quer dizer que infelizmente, quando tem uma segurança armada e principalmente pessoas profissionais, pessoas que têm capacidade para estar ali, não é qualquer pessoa que vai estar fazendo segurança nas escolas, armada. Não, mas pessoas que foram atestadas para poderem estar ali naquele lugar e salvar vidas, porque nenhum pai gostaria de chegar, no final do dia, quando ir lá na escola, e saber que o seu filho foi morto por uma pessoa, infelizmente, usada pela força do mal, pelo espírito maligno, ou até mesmo por uma pessoa com falta de caráter, uma pessoa desumana, que possa entrar na sala de uma escola e matar centena de crianças. Eu acho que o Ver. Prof. Alex não deve ter criança pequena. Eu não acredito que o senhor não tenha criança pequena, eu não acredito que o senhor não se preocupe com seus filhos, que o senhor, como professor, não queira dar aula tranquilo, de não entrar nenhum bandido, um assassino e fazer o que tem feito, infelizmente, em centenas de escolas, principalmente agora aqui no Brasil, há pouco tempo, de crianças mortas. É falta de coerência, é falta de humanidade, é falta de ter amor pelo seu semelhante. É isso que está faltando. Os nossos vereadores, alguns vereadores não estão olhando para a família, não estão olhando para aquele pai que deixa seu filho

cedo na escola e espera, no final do dia, receber aquela criança de volta e não dentro de um caixão. Aquela professora que vai para a sala de aula para dar aula para aquele aluno, que se esmera, que dá o melhor para aquela criança, e, no final do dia, perder a sua vida, porque entrou um bandido, um assassino, uma pessoa sem condição nenhuma, infelizmente, de estar livre na sociedade. É isso que esta moção quer dizer: segurança para os professores, para as crianças. Olham, é um absurdo nós entendermos que ainda existem pessoas que não se preocupam, professores que não se preocupam com as crianças. Se eu sou professor, eu quero, sim, que na minha escola tenha alguém armado, lá fora ou dentro da escola, porque vai coibir aquele bandido, porque, se ele passar naquela escola, ele vai ver que tem alguém armado, ele vai pensar dez vezes se vai invadir aquela escola ou não vai invadir. Ele sabe que vai ter alguém que vai ser contra ele, que vai impedi-lo e, de repente, infelizmente, vai acabar perdendo a vida porque entrou ou quis invadir um lugar que não era para ele entrar. A gente os vê maquinando para entrarem na escola, em como fazer para matar, ou quantas pessoas vão matar. E a gente vê essas mentes malignas, essas mentes, infelizmente, endemoniadas, porque essas pessoas estão endemoniadas, porque é o que diz a palavra de Deus, Prof. Alex, que o ladrão veio para roubar, matar e destruir. Então, o mal está aí: para matar, para roubar e para destruir. Infelizmente, se nós, pais, se nós, vereadores, se nós, que fazemos as leis, não cuidarmos da nossa cidade, do nosso País, das nossas crianças e da nossa família, quem vai cuidar? E, sim, se tiver um segurança armado na porta da escola ou dentro da escola, esse bandido, esse assassino, vai pensar mil vezes para depois querer, talvez, invadir aquele lugar, porque sabe que, se entrar, talvez ele não saia vivo, mas as crianças, as famílias e os professores têm que continuar preservados. Obrigado, meu Presidente. Eu peço o apoio de todos os nobres vereadores, que são humanos, que têm coração e que pensam no seu semelhante como se fosse da sua própria casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 114/23, como oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Moisés, vereadores, vereadoras, nós estamos hoje nesta sessão extraordinária convocada às pressas, para debater projetos que são muito questionáveis. Este projeto, particularmente, é uma moção, quer dizer nós estamos fazendo uma convocação extraordinária, portanto, também um gasto de energia e de recursos da própria Câmara, para discutir uma moção que deveria ser apreciada com mais atenção, porque, se nós formos escutar o Ver. Medina e o Ver. José Freitas, parece que, se colocando uma pessoa armada numa escola, vão se resolver os problemas da violência nas escolas, o que não é verdade. Não vai, não vai, pode até piorar, pode até piorar. Nos Estados Unidos, que é a sociedade mais armada que existe, é a sociedade que tem o maior número de casos de assassinatos em massa nas escolas, porque o incentivo ao armamento numa sociedade com o nível irracionalidade

como a nossa, significa também, potencialmente, um incentivo à violência, inclusive, o incentivo ao assassinato. Então o que vocês estão pretensamente querendo evitar, vocês talvez estejam estimulando com essa política de vocês. Na verdade, o que nós precisamos, sim, nós necessitamos muito de segurança pública. Quando eu escuto vereadoras, como a Nádia, dizer “não, vocês são contra a polícia”, não – não! – nós somos contra a tentativa de fazer da polícia bucha de canhão, o tempo inteiro, para reprimir manifestações populares. Isso é uma coisa. O seu partido é o partido que gosta muito de utilizar a polícia para isso. Nós queremos um outro tipo de segurança pública. Nós queremos uma segurança pública que defenda, de verdade, o cidadão; nós queremos uma segurança pública que seja valorizada. Se nós realmente pensarmos nisso, nós vamos começar a tratar melhor a Guarda Municipal de Porto Alegre, que é desvalorizada com salários baixos, sem estímulo, com terceirização na área da segurança. Os governos que vocês defendem, eles defendem terceirização sistemática na área da segurança pública. Então, essa tentativa de vender uma segurança, uma melhoria da situação nas escolas com moções ou com projetos que vão colocar uma pessoa armada na escola... São tentativas para enganar, para enganar as pessoas, para criar uma falsa ideia de que não, de que tem vereadores preocupados com a criminalidade. Se nós tivéssemos uma Câmara majoritariamente preocupada com a criminalidade, nós não teríamos tido a última sessão, que foi uma vergonha a última sessão do nosso Legislativo! Uma vergonha, um esforço gigantesco para aumentar salário de prefeito, para aumentar salário de vice-prefeito, secretário e de vereadores, esse foi o esforço!

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Esse é o tema. Sabe por que este é o tema, Medina? Porque, quando a sociedade vê políticos assim, a sociedade passa a desprezar a política. Quando a sociedade passa a desprezar a política, a sociedade passa a se desagregar, e, quando a nossa juventude, sobretudo a juventude pobre, vê políticos como vocês, que fazem um esforço para vender uma ideia que não tem nada que ver com a realidade, de que botando segurança armado numa escola vai melhorar a situação da segurança, essa juventude que não é idiota vê que não tem condições de termos uma política capaz de representar os seus interesses. Então ela se afasta da política, se desagrega e passa a aceitar a ideia de que cada um tem que defender os seus próprios interesses. Afinal, defender os seus próprios interesses parece ser a especialidade de vocês e a especialidade da maioria da Câmara que sabe, sim, fazer esforço concentrado para aumentar salários, mas não sabe fazer esforço concentrado para remunerar melhor os trabalhadores da saúde. Como agora, Ver. Prof. Alex, neste dia, hoje, tem uma greve do Instituto de Cardiologia, de funcionários, enfermeiros, técnicos, médicos, que estão sem receber salários. Os responsáveis por 55% do atendimento dos incidentes cardíacos de Porto Alegre estão em greve porque não recebem salários, e a Câmara dos Vereadores não dá bola para isso, faz de conta que o problema não existe. Aliás, é a pura alienação. Nós estamos numa Câmara de Vereadores cuja maioria trabalha na alienação, por isso

aumentam os seus próprios salários, por isso nós temos uma greve hoje. É, Ver.^a Mônica, sim, vocês parece que ficaram muito indignados com o Ver. Janta que colocou um *card* dos vereadores que aumentaram seus próprios salários. O Janta fez muito bem, eu vou botar um *card* desses também porque a sociedade precisa saber quem é quem na Câmara dos Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Alvoní Medina (REP): Presidente, ele quer falar outra coisa, mas eles colocam cada projeto aqui, cabeludo, e acham que todo mundo tem que baixar a cabeça para eles. Não é assim que funciona, não; eu nunca desrespeitei nenhum deles, agora eles querem desrespeitar porque nós somos da igreja. O que tem a ver uma coisa com a outra? Só porque eu sou pastor, não quer dizer que eu sou otário, que eu sou algum besta. Eu não sou otário, não, eu sou um cidadão igual a qualquer um de vocês. Eu respeito qualquer um de vocês, meu irmão! Agora tem que subir ali... A moção é uma coisa e quer discutir outra coisa?

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Feito o registro, Ver. Alvoní Medina.

Vereador Nereu D'Avila (PDT): Eu saí do meu silêncio, que eu queria permanente, porque eu só estou substituindo e ouvindo os eminentes vereadores, mas quero, nessa questão de ordem, deixar para os Anais da Casa o registro da minha insurgência e da minha absoluta discordância das palavras do vereador líder da oposição nesta Casa ao criticar a Câmara como instituição, os políticos em geral, como se ele não fosse um político, não tivesse um mandato, embora exercendo com muita mediocridade, mas exerce um mandato. Ele dizia da tribuna, criticando o aumento; o aumento foi uma opção dos vereadores, portanto uma opção democrática e absolutamente tranquila, e as decisões democráticas devem ser respeitadas. Pode-se discordar, mas tem que se respeitar.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Obrigado, nosso sempre Presidente desta Casa, Ver. Nereu D'Avila.

Vereador Alexandre Bobadra (PL): Presidente, eu faço minhas as palavras do nosso grande líder, Nereu D'Avila, que deu aula aqui. Eu acho que o Ver. Robaina não está num bom dia, foi extremamente infeliz nas suas palavras.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Feito o registro.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Questão de ordem, duas coisas, Presidente. Primeira, dizer ao Ver. Robaina que o *card* do Ver. Janta é mentiroso, é *fake news*, porque é mentira que nós, vereadores, que temos mandato até 2024, aumentamos

nossos salários. Então, Ver. Robaina, se o senhor replicar também esse *card*, o senhor aguarde as consequências, porque é um absurdo o que o Ver. Janta escreveu. E a segunda, eu quero, para não ficar feio, Ver. Robaina não é da segurança pública e falou que em salas de aula nas escolas dos Estados Unidos é onde mais matam, é onde tem mais questões de mortes de crianças e adolescentes; sim, e sabem por quê? Porque, lá, nos Estados Unidos, escolas e igrejas que também têm uma grande mortandade são *free zone*, ali é proibido ter armas, porque se tivesse, não teria mortes. Obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Pessoal, feitos todos os registros, é uma sessão extraordinária, alguns registros extraordinários no microfone de apartes, vamos nos ater ao tema.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 114/23.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, meu querido Ver. Nereu D'Avila, V. Exa., veio hoje aqui, em menos de dois minutos consegui uma unanimidade da situação – a oposição não –, fazer a diferença, o senhor conseguiu a unanimidade do bem, e o Ver. Robaina conseguiu a unanimidade do mal, porque ele não quer segurança para as crianças. Ele não quer segurança nas escolas, sabe por quê? Porque ele e a turma dele vão para as escolas, ao invés de incentivar os professores a darem aula, incentivam os professores a darem aula de esquerda, de esquerda! Vivem disso, Ver. Medina, não se assuste, isso é a prática. Eu, às vezes, eles não me pediram para que eu tenha pena, mas, muitas vezes, tenho pena dos vereadores que são obrigados a virem aqui, os vereadores da esquerda, e fazerem uma pregação que nem eles acreditam. Eles dizem que não acreditam em Deus, Ver. Medina, mas vão na missa quando é perto da eleição, vão nos cultos, eles querem tirar o crucifixo daqui. Por que eles querem tirar o crucifixo daqui? E vão pedir bênção para a mãe: bênção de Deus! Vejam a incoerência desta esquerda, a incoerência, eles tentam brigar com próprio Deus, tentam brigar com próprio Jesus Cristo.

(Manifestação antirregimental.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Vereadora, vou dar resposta sobre isso: quando eu estava de presidente, o Presidente Hamilton manteve, nós criamos o espaço ecumênico, inter-religioso. Podem fazer o que quiserem, mas quando atacarem a igreja ou o cristianismo ou qualquer religião, aqui terá um defensor, nós não vamos permitir isso, atacar o cristianismo jamais, não vamos permitir isso. (Pausa.) Eu estava escutando a juventude inflamada da Ver.^a Fran e por isso pausei. Mas eu quero dizer, Ver. Nereu, esta fala foi em sua homenagem que, em menos de dois minutos, conseguiu a unanimidade das pessoas de bem desta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Prof. Alex Fraga (Psol): Presidente Moisés, obrigado pela possibilidade. Eu gostaria de pedir desculpas a quaisquer pessoas que possam ter interpretado de forma equivocada o que eu falei. Em momento nenhum, na minha manifestação, eu ataquei qualquer religiosidade. O que eu fiz foi uma fala incisiva para os vereadores Freitas e Medina, e isso eu mantenho, de que o Cristo deles defende arma e violência, o meu não defende, porque não encontrei, em nenhum evangelho, nenhuma menção a discurso de ódio e estimulação de violência por parte das palavras de Cristo. Obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Está feito o registro.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLCL nº 035/21 da ordem de priorização de votação.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 114/23.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, noto um momento tenso aqui entre os parlamentares, entre os representantes do Poder Legislativo municipal. Cada um de nós representa um segmento da sociedade, nós temos aqui, por exemplo, um degrau que foi colocado para que os menores possam utilizar o microfone de forma mais confortável, mas não há aqui um buraco para que os maiores fiquem do tamanho do microfone. Então me sinto prejudicado aqui no púlpito da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, por que isso? Porque, infelizmente, por mais que a gente se esforce, a gente nunca consegue agradar a todos. Então nós precisamos do quê? De sabedoria, de sapiência, de inteligência emocional, e foi o que o Ver. Alvoní Medina fez aqui, colocou uma moção importante de algo que está sendo discutido no cenário nacional. Parabéns, Alvoní Medina, sou seu fã. Todas as religiões são importantes, todas elas. Eu respeito todas as religiões, Deus é Deus de todas as religiões só que, muitas vezes, alguns com subterfúgios e mecanismos nebulosos, tentam segmentar e dividir a nossa sociedade com vitimismo, com sabotagem, com palavras que, às vezes, propositalmente, são mal-interpretadas para aparecer de qualquer maneira. O Ver. Cecchim foi bem aqui. A turma de alguns vereadores aqui, não vou falar o nome para não dar engajamento, vai para as escolas para dar aula de esquerda, não para dar aula de português, matemática, geografia e história. Mesmo tendo o melhor salário do Brasil, nós estamos em penúltimo lugar no IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, porque não é português, matemática, geografia e história, querem

ensinar a sexualização das nossas crianças, com uma política a favor das drogas. É por isso que esta moção é importante. Eu fui professor, de verdade, por cinco anos, na Emílio Massot; dei aula à noite. Fui aprovado em primeiro lugar no concurso para professor de direito da 1ª Coordenadoria Regional de Educação, fui professor de direito público, e a diretora pedia que eu ficasse até o último período para poder fechar a escola. Por quê? Porque eu estava armado, e comigo eles não metiam a mão. E sabe por que é que eu comecei a andar armado? Porque eu fiz o concurso para polícia. E sabe por que eu fiz concurso para polícia? Porque eu tomei um tiro no rosto, no dia 2 de junho de 2001, num sábado, 8h da noite; eu tinha 21 anos, eu estava num lotação, com uma namorada da época, indo para um lugar, quando o rapaz entrou no lotação, deu um tiro para cima e acertou o meu rosto. Eu podia ter ficado cego! Eu tenho um projétil aqui no meu rosto, eu tenho um chumbo aqui. E o médico falou: “Ah, só vai te dar problema daqui a 20 anos...” Lá se passaram 23 anos. Eu fui fazer agora uma tomografia, não pude fazer ressonância magnética, porque não era indicado. Então, nós temos, sim, que ter segurança armado nas escolas. Inclusive foi um projeto meu que a Prefeitura de Porto Alegre tivesse câmeras e vigilância armada nas escolas. Por que o medo da vigilância armada? Por que o medo das câmeras? O que que nós temos que esconder? Por que não colocar a câmera nos professores? Professor tem que ensinar dentro da sala de aula a matéria. Há pouco tempo, aqui, eu vou colocar no grupo dos vereadores, tenho o áudio de um professor de uma escola ou de uma universidade não sei de onde, brigando, discutindo com um aluno; ele dizia para o aluno que roubar é profissão, que a profissão do cara era roubar, que o bandido também tinha família. É isso que a esquerda ensina para as nossas crianças, uma sociedade totalmente avessa. Está tudo errado! No meu tempo tinha português, matemática, geografia e história, tinha técnicas domésticas, técnicas agrícolas, técnicas industriais, a gente cantava o hino. E tem um projeto meu aprovado aqui por esta Casa, vereador, que não está sendo colocado em prática, que é o hino nas escolas duas vezes por semana. Por que que nós ainda não colocamos uniformes nas crianças? Porque a esquerda está sempre minando, sabotando a administração. Eles não querem o bem da cidade, eles querem tomar o poder, eles querem cargos. Olha as barbáries que o Presidente Lula está fazendo querendo acabar com as escolas cívico-militares. Protocolei um projeto hoje aqui a favor das escolas cívico-militares em Porto Alegre: 10% das escolas serão cívico-militares. Vai ter cronograma, fluxograma, organograma, hino, uniforme, organização, com começo, meio e fim. A coisa não pode ser a bangu, onde o aluno não sabe nem o banheiro que ele vai utilizar. Tem que ter o banheiro feminino e o masculino, não é um banheiro só e, se não quiser, faz atrás da árvore. Vamos respeitar as nossas crianças.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 114/23.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Bom, esse tema é interessante, e eu posso falar várias coisas aqui. Qual é a principal função do Estado, a função original? Garantir a segurança da sociedade, das pessoas, e, na verdade, as pessoas abrem mão de parte da sua liberdade justamente em troca dessa segurança prometida. A segurança não chegou, tanto que os pais hoje querem que seus filhos fiquem no ambiente escolar, onde seja ali provida segurança. E isso não acontece. E o governo do Estado, através da Assembleia Legislativa, está buscando uma alternativa para isso. E é estranho ver que a esquerda ultraradical, e aqui veio se manifestar o PSOL, não quer a segurança das nossas crianças em sala de aula. Isso é muito estranho, porque teoricamente o Estado serviria para garantir segurança. Qual é que é o interesse da esquerda ultraradical em deixar as nossas crianças vulneráveis em sala de aula? Não faz o mínimo sentido. Tem até um ditado popular que fala: “Tu nunca vês um psicopata desses aí que entra nas escolas pegar a mesma arma e entrar numa boca de fumo”. Por que que isso não acontece? Porque os traficantes que estão na boca de fumo estão armados. Ele não é louco o suficiente para entrar num local armado, ele prefere pegar um local que ele sabe que é vulnerável. Assim como foi falado aqui, aquelas zonas livres de armas, como é o que acontece hoje nas escolas, são os ambientes mais favoráveis para esse tipo de atentado acabar acontecendo infelizmente. E qual é que é a solução para esse problema, qual é que é a resposta que nós podemos dar para isso? É colocar, naquele local, pessoas capacitadas, pode ser polícia, pode ser guarda municipal ou podem ser empresas que prestam um trabalho tão bom quanto a segurança pública ou às vezes até melhor. São as empresas que nós conhecemos, a Rudder, enfim, a Seltec, a Intersept ou qualquer uma nesse sentido. Por que a esquerda ultraradical não quer que essas empresas, que já prestam hoje serviço em bancos, em locais que lidam com dinheiro, em locais que lidam com grande fluxo de pessoas, não cuidem também do ambiente escolar, não para fazer algum tipo de auxílio pedagógico para a sala de aula, mas sim para garantir a segurança da sala de aula? Nós observamos o que aconteceu recentemente na educação, que é a falta de capacidade – não por competência, mas de vocação – dos professores em gerir a parte física das estruturas escolares. Professor tem que estar preocupado em fazer a pedagogia do ensino e do acolhimento da criança, não preocupado em fazer limpeza, fornecimento de água, pagamento de luz, energia elétrica ou qualquer coisa nesse sentido. O que acontece? Agora a esquerda quer, ao contrário do que nós estamos observando que seja algo bom, trazer mais uma atribuição para o diretor e não trazer uma solução para o problema, que é o problema da segurança. Por isso acho que faz todo sentido nós fazermos a aprovação desta moção de apoio para as escolas terem guarda armada na sua segurança.

Mas eu queria aproveitar, antes de acabar o meu tempo, e fazer uma proposta, e desculpa se passar um pouquinho do tempo que me resta, Presidente. Eu estive já em algumas salas de aula do nosso Município, escolas de creche e tal e, inclusive tinha um líder comunitário que era um desses gestores parceirizados da nossa educação que tinha o hábito, porque veio da segurança pública, veio da segurança privada, de colocar, nas salas de aula, câmeras de segurança para filmar ali a questão da segurança das crianças, a segurança dos professores e coisa nesse sentido. E ele foi notificado pela secretaria de

Educação da nossa cidade de que não seria possível isso, porque existe um decreto municipal que proíbe filmar as salas de aula. Ninguém está falando aqui em filmar coisas onde as pessoas fazem a sua privacidade, é proibido filmar as salas de aula aqui no município de Porto Alegre, e não faz o mínimo sentido isso. Por quê? Porque as escolas privadas de Porto Alegre cobram caro para que os pais possam pegar o celular e olhar, a qualquer momento do dia, se o seu filho está sendo bem cuidado em sala de aula, se o seu filho está de fato dentro da sala ou não. E no município de Porto Alegre isso não pode, porque, obviamente, uma pressão corporativista do sindicato que não quer que tenha ali algum tipo de prova do que está acontecendo dentro da sala de aula. Então o que eu proponho aqui para os vereadores, para a Ver.^a Nádia, para o Ver. Tiago, para o Ver. Cecchim e para todo mundo? Vamos ver nós, já que decreto é menor que lei, vamos fazer nós uma lei em conjunto com o Executivo trazendo essa inovação que já tem na iniciativa privada para que as nossas salas de aula possam filmar a sala de aula, para trazer segurança para o professor que, muitas vezes, a gente sabe que acaba apanhando em sala de aula, para fazer prova contra o mau aluno, para fazer a correta fiscalização do que está acontecendo em sala de aula, para trazer, sim, mais segurança para as nossas crianças. Não sei se concordam, mas eu acho que é uma boa sugestão para nós trazermos para o dia de hoje. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Comandante Nádia (PP): Presidente, eu só quero corroborar com o Ver. Jessé e dizer a ele que as escolas particulares têm essa prática. Inclusive, na escola em que os meus filhos estudavam, no João Paulo I, tinha uma câmera para que se pudesse cuidar de toda a sala de aula; e, infelizmente, o CPERS e o Simpa entraram com uma ação proibindo essas câmeras dentro da sala de aula. Uma vergonha. Ganharam a ação e a escola teve que retirar.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Feito o registro. O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação o Requerimento nº 114/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, eu não viria a esta tribuna, em tese, pela discussão desta moção de apoio ou de repúdio, enfim, porque ideologicamente as bancadas, os vereadores têm as suas posições, e é preciso respeitá-las. Mas, como presidente da Frente Parlamentar de Defesa do Estado Laico e da Liberdade Religiosa, que esta Casa aprovou, por unanimidade, quando da nossa proposição, que conta com a minha presidência e a vice-presidência da Ver.^a Tanise Sabino, eu subo aqui para fazer algumas reflexões e sugestões. O debate nesta tribuna ou sobre esse tipo de assunto não tem que ver com Jesus Cristo. Jesus Cristo é o filho de Deus para os cristãos, ele é cultuado, é adorado nos templos, nos encontros e, quando ele é invocado ou evocado fora de contexto, inclusive para se fazerem acusações, agressões verbais, eu acho que não fica bem. Então, quando nós estamos discutindo uma coisa

objetiva, seguranças armados ou não armados nas escolas, que nós fiquemos naquilo que interessa, e que não façamos ataques *ad hominem*, utilizando justamente a religião, que é algo que faz parte da dignidade da pessoa humana, que é algo muito caro às pessoas. Eu enxergo, por exemplo, os pastores Freitas e Medina, eles não estão aqui por serem pastores, eu não estou aqui por ser pastor, ainda que licenciado, nós fomos votados para sermos representantes no Estado laico do nosso povo. Porque aí fica desigual, quando a gente quer falar sobre religião, daí não pode, aí não se pode falar de bíblia, de valores cristãos. Agora, quando é para atacar, *ad hominem*, na pessoa de quem está discutindo, e utiliza algo, que, repito, é caro à figura da pessoa humana – isso quem diz é a própria Declaração dos Direitos Humanos –, aí não fica bem. Inclusive nós tivemos no plenário um rápido debate sobre liberdade religiosa, o Estado é laico no Brasil e ele é colaborativo, ele colabora com todas as religiões, cristã, matriz africana, judaísmo, islamismo, a não religião – quer dizer que, para ser ateu, você tem que ter fé que Deus não existe –, mas eu acho que o mérito tem que ser dentro do Estado laico. Se a gente começar a apelar para a profissão de cada um, ou começar a apelar para ataques *ad hominem* nesta tribuna, nós não vamos terminar bem. Por isso eu acabei falando desta moção, mas, em digressão, acabei falando sobre Estado laico, sobre liberdade religiosa e, principalmente, sobre respeito à pessoa humana e à fé ou não fé das pessoas. Se é a favor de que o policial esteja armado em sala de aula não tem nada a ver com a religião; um dos maiores defensores contra o aborto é ateu! E se alguém não quer uma pessoa armada dentro de sala de aula não tem a ver com Jesus Cristo, tem a ver com a sua posição ideológica, visão de mundo, trabalha ou não trabalha em escola, violência ou não violência. Por isso eu me senti, Sr. Presidente, na obrigação de vir aqui ocupar o espaço do NOVO, para concluir, Sr. Presidente, eu não falo pelo NOVO, ainda que tenha certeza de que a Ver.^a Mari não haveria de discordar, mas eu ocupo este espaço de encaminhamento do NOVO apenas para pedir isso. Esse assunto é um assunto laico, é um assunto do Estado, e que a gente possa se ater no debate. Se eu quero eu argumentar com a minha religião, tudo bem, mas que eu não use a religião de outrem para atacá-lo. O NOVO vai votar “sim”. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga, o Requerimento n° 114/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**.

Registramos ainda intenção de votar favoravelmente do Ver. Márcio Bins Ely.

DISCUSSÃO GERAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0504/19 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 007/19, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que inclui incs. XX e XXI no *caput* do art. 57 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, acrescentando às competências privativas da Câmara Municipal a fixação do subsídio dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais. (SEI 014.00003/2022-53)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela rejeição do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Jessé Sangalli: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alvoní Medina: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. José Freitas: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- discussão geral nos termos do art. 129 do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 26-06-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão, em 2ª sessão, o [PELO nº 007/19](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir, encerrada a discussão, em 2ª sessão.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0729/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 366/22, de autoria do Ver. Claudio Janta, que institui o Centro de Integração e Valorização do Idoso (CIVI) no Município de Porto Alegre. (SEI 024.00123/2022-41)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Roberto Robaina: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Pablo Melo: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Conselheiro Marcelo: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Gilson Padeiro: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Cláudia Araújo: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 26-04-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 366/22](#). Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): O que nós tínhamos proposto, desde o início da sessão, é que o vereador que não estivesse aqui, nós votaríamos contra; então vamos votar contra.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Já encerrei o período de encaminhamento. Eu estou em processo de votação, Prof. Alex Fraga, eu perguntei. O vereador usou o microfone de apartes, ele não encaminhou.

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, eu quero encaminhar o meu projeto.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Não, já encerrou o período de encaminhamento, Ver. Claudio Janta.

Vereador Claudio Janta (SD): Então eu quero dizer que nós acabamos com o direito de o vereador que está no híbrido ter um projeto seu votado na Câmara.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Eu abri o processo de votação, eu encerrei o encaminhamento.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Ver. Moisés, eu só queria fazer um apelo pelo seguinte: o Ver. Cecchim, na prática, fez o que o Ver. Janta está reivindicando para ele. Ele fez uma intervenção, que é um encaminhamento de votação.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Hoje, todos os vereadores que pediram fala no microfone de apartes, mesmo sem adequar o aparte, eu concedi, por ser uma sessão extraordinária.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Aquilo foi uma orientação de votação.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Sim, mas eu encerrei o período de encaminhamento, e estamos em votação.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 366/22. (Pausa.) Vamos ler a emenda para as senhores e os senhores vereadores.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, antes da leitura, vamos apregoá-la.

Apregoo a Emenda nº 01 ao PLL nº 366/22. (Procede à leitura da emenda.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 366/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Estamos, por causa desta emenda, abrindo a discussão da Emenda nº 01.

Em discussão a Emenda nº 01 e o PLL nº 366/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.)

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Eu encaminho.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só para explicar, vereador, tivemos que reabrir a discussão para apregoarmos a emenda; agora, o Presidente encerrou a discussão e reabrirá os encaminhamentos.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 366/22 da ordem de priorização de votação, já que o vereador, para votar, tem que estar presente. Eu retiro os dois, meus.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 17 votos **SIM**; 14 votos **NÃO**.

Vereador Aírto Ferronato (PSB) (Requerimento): Sr. Presidente, acompanhando a reunião e as manifestações e ouvindo, mais uma vez, a manifestação do Ver. Idenir Cecchim, que disse que votou contra o projeto porque o seu titular, o seu autor não está presente – o que eu acho um grande equívoco, eu não estou presente porque estou gripado –, eu já requeri a retirada de um projeto que priorizei, o PLL nº 026/21, e agora eu estou também pedindo a retirada da priorização de outro projeto que eu tenho na Ordem do Dia de hoje, o PLL nº 066/22; depois, também me retiro da reunião, já que nós estamos sendo considerados vereadores de segunda mão.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Ver. Aírto Ferronato, só quero fazer o seguinte reparo: o Ver. Idenir Cecchim estava falando sobre os vereadores que não estavam na reunião; V. Exa. está na reunião, mas de forma remota. Então essa fala não está dirigida a V. Exa., que nos acompanha nos trabalhos de hoje desde a abertura da nossa sessão.

Vereador Claudio Janta (SD): Presidente, eu estava presente desde a abertura, votei todos os projetos, eu não estou entendendo isso aí, eu não estou entendendo. Eu dei quórum, votei todos os projetos, mas não estava presente?

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Estão feitos os dois registros.

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Eu estou retirando o meu outro projeto também da priorização.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Ver. Claudio Janta, se V. Exa. também estava presente, eu não reparei a sua presença, porque V. Exa. costuma muito participar da sessão. O senhor não se manifestou, eu lhe peço um minuto de atenção para lhe explicar que, se o senhor estava desde o início, também o senhor não está incluído no comentário do Ver. Idenir Cecchim.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Eu queria apenas registrar que, quando o Ver. Cecchim falou, ele falou de modo claro, tanto que ele encaminhou contrário ao projeto do Ver. Janta com o argumento de que o Ver. Janta não está aqui presente, está *on-line*; mas a gente está estabelecendo hoje uma sessão em que o direito de os vereadores participarem de forma *on-line* está garantido.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Claro.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 134/23 – (Proc. nº 0678/23 – Ver. Jonas Reis) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em “apoio à proposta que institui carga horária de 180 horas mensais aos servidores da higienização do GHC”. (SEI 210.00463/2023-28)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht e pelo Ver. Idenir Cecchim, o [Requerimento nº 134/23](#). (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1358/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 617/21, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que institui o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) no Município de Porto Alegre. (SEI 025.00137/2021-82)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. João Bosco Vaz: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Pablo Melo: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alexandre Bobadra: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- **incluído na Ordem do Dia em 24-04-23.**

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 617/21](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, vereador querido, Presidente desta sessão. Eu não poderia deixar de subir aqui e defender este projeto, que eu acho que é um projeto que vai ser aprovado por unanimidade nesta Casa, porque prevê que o Município de Porto Alegre, nas suas escolas, tenha instituído o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, o Proerd. Inclusive, fizemos uma homenagem ao Proerd, que completou 25 anos de existência no Estado do Rio Grande do Sul, e por que a importância? Porque é ali que o policial militar armado entra em sala de aula e ensina às crianças e aos adolescentes a resistirem às drogas. Sabemos que essa é uma faixa etária que precisa, sim, e muito que os outros colegas os aceitem, que sejam aceitos, é uma idade que precisa estar em grupos, e, muitas vezes, nós sabemos que no entorno das escolas há a questão muito clara de tráfico de drogas, pois os traficantes querem efetivamente ter como usuários crianças e adolescentes. E o policial militar, o nosso brigadiano, o nosso proerdiano, a partir de muito estudo, de didática, de curso, ele sabe como lidar, como manejar e como ensinar o quão prejudiciais são as drogas. Como eu disse, eu sou mãe. Eu quero que os meus filhos, cada vez mais, estejam longe das drogas. Em Porto Alegre, vemos, infelizmente, a marcha da maconha; é uma

vergonha que tenham ainda parlamentares que estimulem esse tipo de caminhada aqui em Porto Alegre. E essa caminhada não tem nada a ver com o que a gente está falando. Nós queremos crianças e adolescentes limpos, queremos crianças e adolescentes que realmente entendam que maconha, *crack*, agora a nova droga K9, que transforma exatamente pessoas em zumbis, e que já chegou no Rio Grande do Sul, não é legal, é algo ilícito, e nós não vamos arredar o pé em nenhum momento. Eu saí da Brigada Militar, da atuação direta na Brigada Militar, e, como parlamentar, os meus valores continuam os mesmos: contra as drogas, a favor da polícia militar, a favor de crianças e adolescentes que efetivamente aprendam, tenham conhecimento de matérias como a matemática, o português, a geografia. Infelizmente, ontem, tivemos – fazendo um gancho aqui – a notícia de que o desgoverno Lula cancelou e está desmobilizando as Forças Armadas das escolas cívico-militares. Olha só, Ver.^a Mônica, que tem uma moção que eu vou apoiar sobre as escolas cívico-militares, uma vergonha. A partir do momento em que nós queremos uma educação cada vez mais de qualidade, a partir do momento em que, a cada ano que passa, mais de 11 mil estudantes são inscritos para concorrerem às poucas vagas no Colégio Militar, que é do Exército, ou na escola Tiradentes, da Brigada, fizemos o quê? A escola cívico-militar, que não precisa concurso, pois ali o filho do mais pobre, da pessoa que mais precisa, vai poder acessar um ensino de qualidade. Por quê? Porque ali tem disciplina, porque ali tem meritocracia, porque ali tem crianças que respeitam os símbolos, porque ali tem militares, que antes que esse aluno entre na sala de aula, fazem toda uma explanação, o aluno entra em forma, canta hino – coisas que não fizeram mal a mim e à minha geração, tanto que estamos aqui. É isso o que eu quero para os estudantes de Porto Alegre, que digam não a essa marcha da maconha, que digam não a qualquer tipo de droga, e que tenham uma escola cívico-militar, pelo menos uma, em cada bairro de Porto Alegre, e que os pais façam a sua escolha. A diferença entre a esquerda e a direita é que aquilo que a extrema-esquerda não gosta não pode para ninguém; mas o discurso deles é bonitinho, teoria que não casa com a prática. Nós queremos escola cívico-militares; não é para todos alunos, não é para todos os pais, mas que se tenha oportunidade de tê-las aqui em Porto Alegre. É “sim” a este projeto, e eu peço o “sim” dos colegas. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 617/21.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, subo mais uma vez à tribuna para debater, em princípio com a sociedade porto-alegrense, sobre esse programa proposto pela vereadora de Porto Alegre, Comandante Nádia, em nome da minha bancada, a bancada do PSOL, portanto agradeço aos meus colegas Ver. Pedro Ruas, nosso líder; Ver.^a Fran Rodrigues e Ver. Roberto Robaina. Mas é importante destacar, como muito bem salientou a Ver.^a Comandante Nádia, que existem diferenças significativas entre a direita e a esquerda: a direita vê as drogas como problema

de segurança, em que o ataque e a perseguição são necessários; nós vemos o problema das drogas – problema das drogas, vou sublinhar e destacar – como um problema de saúde pública. Nós vemos as pessoas que são usuárias compulsivas como pessoas doentes e que precisam de atenção, precisam de uma rede de apoio para conseguir superar os problemas do vício, portanto é necessário que haja uma série de iniciativas e programas, como o Proerd, para alertar dos malefícios do consumo de drogas; mas, infelizmente, a vereadora proponente não está atenta ao que eu falo e sobe à tribuna para desfiar uma série de acusações levianas, bobas, infundadas; infelizmente, ela não está aberta ao debate, ao diálogo, apenas vocifera com as suas certezas engessadas. Eu coloco mais uma vez, talvez agora tenha a sua atenção, o problema das drogas é um problema de saúde e é necessário que se tenha atenção aos nossos jovens, porque isso acarreta malefícios ao seu organismo, ao seu desenvolvimento psíquico, à sociabilização, portanto é necessário que estejamos atentos a isso e, mais uma vez, digo: o Proerd é um projeto que tenta atuar de forma a dissuadir os jovens ao consumo de entorpecentes, porém, nós precisamos de uma iniciativa municipal, e a proposta da Ver.^a Nádia é transformar ou dar uma atribuição a um órgão estadual, que é a Brigada Militar. Por isso, a Procuradoria daqui, do Parlamento da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, aponta ilegalidade nessa proposta. Nós não podemos embutir ou obrigar a Brigada Militar a desempenhar as suas atividades para o Município. O Executivo pode firmar parcerias, mas essas parcerias não podem ser obrigadas pela força da lei do Município, não pode. E aí a nossa Procuradoria, que são técnicos que têm a atribuição de elaborar e emitir pareceres sobre as propostas, disse que não dá. E outra, o art. 6º da proposta da Ver.^a Comandante Nádia diz que o Executivo Municipal fica autorizado a efetuar despesas semestrais, um projeto autorizativo. Talvez a Ver.^a Comandante Nádia não saiba o que é precedente legislativo, nós não podemos propor projetos autorizativos ao Executivo, não podemos, assim como não podemos atuar sobre o valor das passagens do transporte público. Não podemos! Há precedente legislativo. Então não poderíamos votar. Não poderíamos; infelizmente não poderia estar aqui para apreciação. Mas eu vejo que nós precisamos, no Município, de alguma iniciativa nesse sentido, que seja desenvolvida pela nossa valorosa Guarda Municipal, que seja desenvolvida pela nossa Secretaria Municipal de Saúde. Isso, sim, podemos; um programa municipal. Mas obrigar a Brigada a fazer isso foge das nossas atribuições. Sou favorável a atuar para que a nossa juventude não incorra em vícios. Muito obrigado e boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada de priorização do PLCL nº 021/22, de minha autoria.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 617/21.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sr. Presidente, é excelente a proposição da Ver.^a Nádia. O Proerd é um programa que deu certo, é um exemplo para as nossas crianças. Mas eu acho que a esquerda ultraradical tem outro projeto, o prolid – programa de liberação das drogas, para incentivar as crianças a usarem maconha, *crack*. Só pode! Porque tentaram colocar aqui em Porto Alegre a marcha da maconha terapêutica, incentivam a sexualização das nossas crianças, dizem que Deus não existe – onde é que nós vamos parar? Se alguém não tiver a coragem de parar, de impedir que vocês façam essas barbáries com as nossas crianças, onde nós vamos parar? Há pouco tempo, um professor, dentro de uma sala de aula, estava dizendo para um aluno que roubar era profissão e que o ladrão também tem família. Tudo certo, só que ele começou a ser agressivo, começou a perseguir o aluno, isso é um absurdo! O Proerd é um excelente programa, e deveria ter, sim, um Proerd em pelo menos uma escola por bairro em Porto Alegre. Porto Alegre tem aproximadamente 100 bairros, se cada bairro tivesse Proerd, certamente diminuiria a criminalidade, incentivaria as nossas crianças à cidadania. Eu vejo que, muitas vezes, alguns jovens nunca trabalharam na vida: “Ah eu quero ser vereador, quero ser deputado”, mas nunca trabalhou! Não tem aquela carteira azul da carteira de trabalho. Profissão: parlamentar, mas não arruma nem a própria cama e quer mudar o mundo! O jovem tem que trabalhar, estudar, se divertir e dormir! Tudo tem o seu tempo! Tem que ensinar o jovem a fazer uma aplicação financeira. Há pouco tempo, o partido aqui do vereador foi contra o ensino de educação financeira nas escolas! Quando se fala em fórmula de Bhaskara, algumas crianças acham que é receita de bolo, porque não vão no colégio, só aprendem sobre drogas, sexualização, Che Guevara, Cuba e Venezuela. O que eles ensinam dentro da escola é a militância de esquerda. Agora o MST quer curso de medicina grátis, sem vestibular, dentro dos acampamentos! A pessoa demora 10 anos para se formar em medicina, o que se forma no exterior tem que fazer o revalida, que é difícilíssimo; eles querem curso de medicina grátis dentro dos acampamentos, isso é um absurdo! Olhem as coisas que estão acontecendo no nosso País, nós estamos nos encaminhando para o comunismo. Ninguém acreditava que a Venezuela seria essa barbárie onde o peso das moedas em metal vale mais que as próprias moedas. Nós temos que estar atentos, e o Proerd é um excelente programa. Então, gostaria, Sr. Presidente, que fosse por votação simbólica, e esta Casa aprovasse este projeto por unanimidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 617/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Moisés, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, eu estou aqui acompanhando a

discussão da matéria e me inscrevi após a manifestação do Ver. Prof. Alex Fraga, que falou que o projeto estaria com problema de precedente, porque estabelece a autorização para o Executivo gastar recursos neste projeto. Na verdade, não se pode autorizar a execução de serviço. Agora, na autorização de gastos está correta a escrita do conteúdo que apresentou à Ver.^a Nádia. O que ela pede? Que o Executivo esteja autorizado a gastar, porque o próprio orçamento é uma autorização de gasto, não é uma imposição de gastos... (Problemas na conexão.) ...Só para repetir rapidamente: a autorização de gastos é uma tarefa que temos enquanto vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Nós que agradecemos, e reitero meu pedido de desculpas por não ter olhado o *chat*.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o PLL n° 617/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. N° 0084/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 039/23, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que altera a ementa e o *caput* do art. 1° da Lei n° 12.560, de 2 de julho de 2019, para incluir as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na reserva de assentos preferenciais em terminais e pontos de parada de ônibus municipais. **(SEI 020.00005/2023-17)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Pablo Melo: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Pedro Ruas: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- **incluído na Ordem do Dia em 24-05-23.**

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL n° 039/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, em respeito às pessoas que estão aguardando os votos dos projetos sobre os fundos

municipais, solicito a retirada do PLCE nº 015/22 e do PLCE nº 003/22 da ordem de priorização de votação.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PLL nº 039/23. (Pausa.) O Ver. Alvoni Medina encaminha a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Obrigado, meu nobre Presidente. É só para atualizar a nossa lei e incluir as pessoas com Transtorno do Espectro Autista na reserva de assentos preferenciais em terminais e pontos de parada de ônibus no Município, só para incluir o laço colorido. Em algumas paradas, estavam colocando lacinho preto, meu Presidente, meu líder do governo, e é um lacinho colorido para que sejam identificadas essas crianças, esses adolescentes, essas pessoas com autismo. Então é só para modificar a lei e atualizá-la. Peço aos nobres vereadores; com certeza, todos estarão votando favorável. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o PLL nº 039/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade. Parabéns, Ver. Alvoni Medina.

Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do Indicativo nº 029/21 da ordem de priorização de votação.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Conselheiro Marcelo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito aqui o amparo da Diretoria Legislativa, porque o próximo projeto é de minha autoria. Eu gostaria de solicitar também, se for possível que eu o faça por aqui, a retirada do PLL nº 127/23 da ordem de priorização de votação, para avaliarmos depois do recesso.

Em votação o requerimento de autoria deste Presidente. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0152/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 073/23, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, que institui a Rota Turística do *Skate* no Município de Porto Alegre. (SEI 161.00029/2023-16)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Tiago Albrecht: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Jessé Sangalli: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CECE**. Relator Ver. Giovane Byl: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Tiago Albrecht;
- incluído na Ordem do Dia em 03-07-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 073/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir.

Vou reabrir a discussão para fazer o pregão da emenda.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo e da Ver.^a Biga Pereira, ao PLL nº 073/23.

Aprego a Subemenda nº 01, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, à Emenda nº 02 ao PLL nº 073/23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o PLL nº 073/23. (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Moisés, colegas vereadoras e vereadores, público que nos assiste, este projeto de lei tem o potencial de trazer grandes benefícios para a nossa cidade e para a nossa juventude, um projeto com o objetivo de instituir a rota turística do *skate* em nosso Município, destacando e valorizando os pontos icônicos da nossa cidade que são historicamente utilizados por skatistas. O *skate* é muito mais do que um simples esporte, ele é uma expressão cultural, uma forma de arte urbana e uma poderosa ferramenta de inclusão social. Através do *skate*, jovens de todas as condições financeiras e sociais, além dos masters, têm a oportunidade de desenvolver habilidades físicas e mentais, expressar sua individualidade e se sentir parte de uma brilhante comunidade. Este projeto de lei é uma celebração da história e da cultura do *skate* em Porto Alegre, ele pretende criar uma rota turística composta por diversos locais da cidade que são populares entre os skatistas, incluindo o *skate park*, a megapista da orla, o *skate* parque IAPI, a pista do *skate* do Parque Marinha do Brasil,

entre outros. Nesses locais serão instalados totens ou placas que contam a história do *skate* naquele local, enriquecendo a experiência, tanto para os skatistas, quanto para os turistas. Além disso, o projeto busca estimular o turismo local e regional, reconhecer a importância cultural do *skate* e fortalecer a produção local nas áreas turísticas, culturais e esportivas. O projeto também prevê a formação de parcerias com universidades, entidades do terceiro setor e iniciativa privada para apoiar as atividades da rota turística do *skate*. Portanto, o projeto não apenas honra a cultura do *skate* em Porto Alegre, mas também promove a inclusão social, incentiva a economia local e reforça a nossa cidade como um destino turístico, vibrante e culturalmente rico. Estamos, através desta iniciativa, colocando e apreciando a importância do *skate* para a nossa cidade e para a nossa juventude. Por isso, eu peço o apoio dos colegas para que possamos aprovar o projeto. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht, a Emenda nº 01 ao PLL nº 073/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 9 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 073/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLL nº 073/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação o PLL nº 073/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Justificativa de voto: eu prometo para a Ver.^a Cláudia Araújo que eu não vou contar para os meus vizinhos que o projeto é dela.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0092/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 050/22, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que cria a Campanha Permanente de Conscientização sobre o Câncer Infantil no Município de Porto Alegre. **(SEI 145.00003/2022-11)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relatora Ver.^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOP**. Relatora Ver.^a Biga Pereira: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;

- da **CUTHAB**. Relator Ver. Pedro Ruas: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CECE**. Relator Ver. Gilson Padeiro: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **COSMAM**. Relator Ver. José Freitas: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Giovane Byl;
- incluído na Ordem do Dia em 08-03-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 050/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. (Pausa.)

Solicito a todos as vereadoras e vereadores que atentemos, porque estamos votando os projetos priorizados pelos colegas para o fim deste semestre. Então solicito encarecidamente que as senhoras e os senhores vereadores permaneçam para aprovar ou rejeitar os projetos.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Gostaria de fazer um registro, Presidente, se V. Exa. me permitir: quero dizer para aqueles vereadores que estavam preocupados com a presença aqui da Aiamu e da Secretaria da Fazenda que não era para aprovar o projeto do subsídio, porque eles estão aqui hoje, e nós não estamos votando subsídios.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Muito bem feito o registro, Ver. Idenir Cecchim.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Emenda nº 01, de autoria do Ver. Giovane Byl, ao PLL nº 050/22, suprime o parágrafo único do art. 1º, bem como o art. 4º do projeto, sob a justificativa de atender ao parecer da Procuradoria.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 050/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 050/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0102/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 004/22, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que inclui inc. VII no caput do art. 71

da Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema – e alterações posteriores, incluindo a perda da tutela ou da guarda do animal no rol de penalidades a que ficam sujeitos os infratores daquela Lei Complementar. (SEI 035.00008/2022-65)

Pareceres:

- da CCJ. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da CEFOR. Relatora Ver^a Mari Pimentel: pela aprovação do Projeto;
- da CUTHAB. Relator Ver. Pablo Melo: pela aprovação do Projeto;
- da COSMAM. Relatora Ver^a Psicóloga Tanise Sabino: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 08-03-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLCL nº 004/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Este projeto é sobre a perda da tutela do animal, porque gera tantos problemas para a Polícia e para outros agentes, como os próprios agentes da Guarda Municipal, porque, quando constatam maus-tratos, fazem a sua intervenção, e depois ainda o tutor vai tentar retirar o animal. Isso serve tanto para animais de pequeno porte, como de grande porte, como os cavalos. Então não tinha uma legislação específica, embora tenha sobre o que são maus-tratos, tem resolução que já está dentro da legislação municipal. Nós definimos que era melhor ter uma legislação para facilitar para o agente público, como uma ação, como algum encaminhamento das delegacias com inquérito policial, facilitando que aquele tutor que estava responsável pelo animal, em uma situação de maus-tratos comprovada, perca a tutela do animal, sim, e que o animal seja encaminhado para doação. É mais ou menos assim, dentro dessa linha. Obrigada.

(Não revisado pela autora.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação PLCL nº 004/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária do Ver. Jessé Sangalli. Parabéns, Ver.^a Lourdes, pela sua importante proposição.

Avançamos na nossa pauta, ainda temos três proposições.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 143/23 – (Proc. nº 0716/23 – Ver^a Mônica Leal) – Requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “à manutenção do Programa das Escolas Cívico-Militares no Estado do Rio Grande do Sul”. (SEI 038.00062/2023-99)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o [Requerimento nº 143/23](#). (Pausa.) A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Vereador Moisés, presidindo os trabalhos; vereadores e vereadoras, pessoas que nos assistem, eu ocupo esta tribuna, numa sexta-feira, já entrando em recesso, pela importância do tema. As escolas cívico-militares, no Rio Grande do Sul, tiveram e têm o meu total apoio pela importância desta proposta na educação das nossas crianças e dos nossos jovens, por uma questão tão simples, mas antes eu quero esclarecer algumas coisas que eu vejo que as pessoas ficam em dúvida quando falam em escolas cívico-militares. Um dos principais atrativos dessa proposta é pedagógica. Ela tem como objetivo entregar um ensino de qualidade, preparando o aluno para a vida em sociedade, formando cidadãos críticos que atuam com ética, cidadania e com valores, civismo e disciplina são muito importantes. Falo isso com muita segurança, eu sou filha orgulhosa de um militar, fui criada numa disciplina militar que só me fez bem. Eu lembro sempre de uma frase do meu pai, o coronel Pedro Américo Leal, que dizia: “Com disciplina, tudo prospera”. Esse programa foi criado em 2019 de forma nacional, as escolas cívico-militares, e começou a ser posto em prática em 2020, com objetivo de diminuir a evasão escolar e casos de violência. Vejam bem, não tem nada que ver com alguns comentários que eu escuto: “tem que terminar”, “é para formar militares”. Não! As escolas cívico-militar não têm o objetivo de formar militares; elas contam com uma gestão compartilhada, em que militares e diretores pedagógicos atuam de maneira colaborativa na gestão administrativa e didática. Assim funciona uma escola cívico-militar. Um exemplo que eu pesquisei aqui, achei muito interessante, no Paraná uma escola colocou um civil cuidando da parte pedagógica e um militar da reserva trata das questões do civismo, da disciplina, da hierarquia, sempre com diálogo entre ambos os profissionais, buscando ações conjuntas, que possam aprimorar as práticas educativas da escola na formação integral de um aluno. Vale lembrar, mais uma vez, que as escolas cívico-militares não formarão militares, não irão militarizar os alunos; o objetivo é contribuir com a qualidade do ensino na educação básica, além de propiciar aos alunos, professores e também funcionários um lugar mais seguro, com foco na melhoria do ambiente e da convivência escolar. O bom desempenho em avaliações nacionais e o ambiente acadêmico com foco na formação completa do estudante tornam essas escolas de excelência na educação pública brasileira. É aquilo que nós, pais, nós cidadãos, nós

legisladores queremos para o futuro da nossa Nação. A disciplina se manifesta em pequenos atos, em pequenas regras. Vou citar um exemplo aqui para que as pessoas entendam como evitar a perda do foco no estudo: quando um aluno é suspenso por indisciplina, por exemplo, ele cumpre a suspensão dentro do colégio, para que ele estude ali, para que ele não perca o foco. Nós sabemos, eu tenho filhos, eu tenho netos hoje, se o aluno vai para casa, ele vai fazer outra coisa, como nós também faríamos. Essa é a disciplina assim como também é proibido utilizar o aparelho de celular na sala de aula, são pequenos exemplos. Esse tipo de cuidado é que se tem e é necessário. É importante também dizer aqui dos Estados que já informaram que vão manter as escolas cívico-militares, com muito orgulho, o Rio Grande do Sul. O governador Eduardo Leite informou, hoje pela manhã, que vai manter as escolas cívico-militares. Ontem mesmo, eu entrei em contato com governador, assim como também entrei em contato com prefeito da nossa cidade, e solicitei para que eles se debruçassem nesta causa, abraçassem e mantivessem as escolas cívico-militares. E hoje de manhã, nós tivemos a notícia de que o Estado do Rio Grande do Sul, assim como São Paulo, Santa Catarina, Paraná, irão manter as escolas cívico-militares. Então, finalizando, eu quero dizer que sou filha orgulhosa de militar e sei da importância de uma educação com disciplina, com qualidade, com valores como o civismo. Obrigada. Solicito a todos que, assim como eu, pensem no futuro das nossas crianças, que aprovelem esta moção como forma de oportunizar a educação pública com qualidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 143/23.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente Moisés, colegas vereadores, vimos aqui agora fazer a defesa à educação. Aqueles vereadores que se preocupam efetivamente com os estudantes, com o ensino de qualidade, com a condição de que os alunos nossos sejam cidadãos bem preparados para os desafios do século XXI é que vim aqui a esta tribuna parabenizar a Ver.^a Mônica por esta moção de solidariedade às escolas cívico-militares, escolas essas que vieram para mostrar que há possibilidade, sim, de termos resultados mais positivos nas salas de aula: melhoria nos índices da aprendizagem, redução de violência escolar, fortalecimento dos vínculos, dos laços familiares, da comunidade escolar, com professores, com alunos, com instrutores e também com seus colegas, principalmente a inclusão social – numa escola cívico-militar não há necessidade de se fazer um concurso, como eu dizia antes, que hoje mais de 11 mil inscritos disputam poucas vagas para o Colégio Militar de Porto Alegre, do Exército Brasileiro ou para o Colégio Tiradentes, da Brigada Militar. Vejam bem, a escola cívico-militar nada tem a ver com esses dois colégios que agora eu mencionei. A escola cívico-militar é do Município, é do Estado e ela vem compor que militares da reserva possam, ali no âmbito escolar, repassar valores tão esquecidos ao longo desse tempo. Quem daqui

não gostaria de ter um filho seu numa escola cívico-militar sem pagar nada, gratuitamente, onde a disciplina, o respeito, os valores cívicos, o amor aos símbolos nacionais; e mais do que isso, que a contribuição para o novo cidadão pudesse ser estimulada nesse tipo de escola cívico-militar.

Aqui eu vou também contribuir dizendo que existem dois tipos de escolas cívico– militares, Ver.^a Mônica, e eu quero a sua ajuda para que o governador Eduardo Leite também, além das escolas estaduais, abrace as escolas federais que existem no nosso Estado, por quê? São duas formações, temos as escolas cívico-militares federais, essas o Presidente Lula, no seu desgoverno, numa fala realmente de revanche, de ódio à questão dessas escolas, está acabando com elas; e existe a escola cívico-militar estadual, que é um projeto de lei, que hoje virou lei no Estado, à época do deputado estadual Zucco, essas aqui o nosso governador Eduardo Leite disse que manteria. E eu peço também ao Presidente aqui, que é do partido do Eduardo Leite, que as escolas-modelo cívico-militar federais sejam abraçadas também pelo nosso governador, porque essas é que serão extintas. Então, governador Ibaneis, de Brasília; governador Tarcísio, de São Paulo; governador Jorginho, de Santa Catarina; Ratinho Júnior, do Paraná; entre outros, já disseram que as escolas estaduais e as federais cívico-militares continuarão existindo nos seus estados. Então, faço um pedido muito carinhoso aqui ao governador Eduardo Leite, que, além das escolas estaduais, possa manter abertas, funcionando da mesma forma, essas escolas de cunho federais, para que a gente realmente promova na escola um ambiente educacional disciplinado, seguro, voltado para a melhoria do ensino, nada tem a ver com formação militar, nada tem a ver com um militar entrando em sala de aula. O militar da reserva, seja das Forças Armadas, da Brigada Militar, EB, Aeronáutica e Marinha fazem um trabalho de monitoria antes da entrada da sala de aula; eu, por muitas vezes, entrei em forma, cantei o hino, deu aquela acalmada na gurizada antes de entrar em sala de aula com o professor. Nada muda no currículo e são várias coisas que nós temos que ver. Quem quer escola de qualidade nesse momento vai estar dizendo “sim” para esta moção às escolas cívico-militares. E amanhã, já faço o convite para todos, o deputado federal Zucco e o deputado estadual Capitão Martim estarão fazendo uma grande reunião na Assembleia Legislativa, a partir das 14h, para que falemos sobre escola cívico-militar. Fica aqui o convite; eu estarei lá porque eu sei que esse é o melhor tipo de ensino para as crianças, e deixando bem claro: quem não quer, não coloca seu filho na escola cívico-militar, e quem quer, está ali disponível. Muito obrigada, Presidente. É “sim”, Ver.^a Mônica.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 143/23.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Eu queria falar sobre esse tema da questão das escolas cívico-militares. Nós fomos surpreendidos, ainda ontem de noite, com a notícia de que o Rio Grande do Sul não manteria as escolas cívico-militares

e tínhamos, desde às 10h da noite de ontem, uma manchete dizendo exatamente assim: “Governo Leite promete seguir cronograma federal para o fim progressivo das escolas cívico-militares.” Essa foi a notícia das 10h da noite de ontem. E daí a repercussão negativa hoje de manhã; eu mesmo fiz um vídeo falando sobre o absurdo em interromper as escolas cívico-militares, e o que aconteceu? O próprio Eduardo Leite veio nas redes sociais falar isso aqui: “Governo do Rio Grande do Sul diz que vai manter escolas cívico-militares estaduais.” E aqui está o detalhe da transmutação da narrativa; o que aconteceu? Se vocês forem ler a notícia original das 10h da noite anterior, estava escrito assim: “Estado tem 43 instituições de ensino nesse modelo, sendo 25 vinculadas ao programa nacional”. Ou seja, 18 são estaduais e 25 são nacionais. O que acontece? Nós criticamos o governo do Estado, porque outros estados irão bancar, com recursos do estado, as escolas cívico-militares que estavam no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim, e vão manter a escola cívico-militar. Nós pedimos para que o governador Eduardo Leite mantivesse, com recursos próprios ou com infraestrutura própria, essas que seriam canceladas pelo programa federal. Só que se tu fores ler a matéria, a matéria não mudou uma vírgula, o que mudou foi a chamada, tanto em GZH, que mudou – governo promete seguir cronograma federal para suspender as escolas cívico-militares – para uma nova chamada com a mesma matéria: RS mantém programa estadual e de escolas cívico-militares. Sim, porque as estaduais que eram de responsabilidade do Estado, ele nunca falou que ia retirar. O que ele falou que retiraria era seguir o cronograma daquelas federais. O que que nós reivindicamos então? Que o governo do Estado fizesse como o Tarcísio de Freitas fez, como o Zema fez, como o Ratinho Júnior fez, que foi absorver no programa estadual aquelas federais que seriam canceladas. Então o que eu coloco aqui é a incoerência de fazer parecer com palavras que se manterá as escolas cívico-militares, sendo que não mudou uma vírgula na argumentação. Antes era “não manteremos porque cancelará as federais”; agora é “manteremos as estaduais”, ou seja, vai cancelar as federais. Então qual é a reivindicação legítima das pessoas que querem que a escola cívico-militar, que entrou num programa nacional a partir do governo Bolsonaro, permaneça? É que os governos estaduais absorvam essas escolas para um programa estadual, senão elas vão ser extintas sim, ao contrário do que está sendo colocado pelo governador. A observação é nesse sentido. Vai manter? Desde que o Estado mantenha com recursos próprios aquelas federais que o programa federal acabou excluindo. É isso que fez o Tarcísio, é isso que fez o Zema, é isso que fez o Ratinho Júnior, e é isso que nós pedimos que é governo do Estado do Rio Grande do Sul faça; senão, sim, serão excluídas escolas cívico-militares que hoje estão vinculadas ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim. Senão vai ficar somente mais uma narrativa aí, uma transmutação na narrativa, fazendo com que as pessoas que achavam que seriam mantidas, na verdade, vão acabar se surpreendendo com o encerramento do programa daquelas federais que são colocadas aqui no Estado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 143/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente que hoje conduz as trabalhos de maneira muito boa, quero saudá-lo, parabenizá-lo. Logo mais estaremos de olho na tela do Canal 4. Sr. Presidente, quero parabenizar a Ver.^a Mônica Leal pela propositura desta moção; parabéns, vereadora, acredito que é uma moção importante, vereadores José Freitas e Alvoni Medina, porque na terra onde Paulo Freire é patrono da educação, não é de se duvidar que no governo de um bandido, chefe de quadrilha, condenado em três instâncias por corrupção, não é de se surpreender, Ver. Cassiá, que um projeto como esse esteja sendo excluído pelo Partido dos Trabalhadores, porque é um projeto que tem aprovação, por exemplo, no Distrito Federal, de cerca de 87% das famílias. É uma junção da sociedade civil organizada com militares que não tem a intenção de militarizar as crianças, até porque a coordenação pedagógica segue sendo de civis, mas é um projeto que tem por objetivo trazer um pouco mais de moral, de cívica, de respeito às autoridades, de valorização da escola, do estudo, do desenvolvimento, através da educação. Eu posso falar de camarote sobre isso, pois eu tenho um sobrinho que é aluno de uma escola que aderiu a essa parceria, e os relatos que a minha irmã, o meu cunhado e familiares trazem a respeito deste projeto é de que o meu sobrinho tem sido beneficiado. Esta condução cívico-militar, Ver. Pablo Melo, tem sido importante para ele agregar valores, para ele respeitar as autoridades, para que ele se desenvolva como um ser humano em uma sociedade virtuosa, em uma sociedade que tem regras, que tem um fio condutor baseado na seriedade do ensino. Não que a escola cívico-militar seja uma panaceia, que vá resolver tudo – num País que tem Paulo Freire que acusam até de plágio, inclusive, de ter plagiado as suas doutrinas marxistas. A escola cívico-militar é um lufo de esperança, a escola cívico-militar é uma tentativa de trazer uma novidade na prática para os alunos. Nós precisamos achar um modelo que dê escala, um modelo que possa capacitar as nossas crianças. Nós perdemos, dizem as estatísticas, o bônus demográfico no Brasil. Já não nascem mais crianças do que morrem pessoas idosas e assim por diante. Nós precisamos, dizem os especialistas, e aqui eu cito Aod Cunha a quem assisti uma palestra que diz que nós precisamos multiplicar por quatro, Ver. Pablo, a eficiência dos nossos estudantes já hoje, para que a gente possa ter o desenvolvimento de que necessitamos para superar o bônus demográfico. Coisa que a China está fazendo, porque tem mais gente morrendo que nascendo; e lá na Ásia, não só na China, mas principalmente o Japão e a Coreia do Sul, que são países livres, a gente vê o respeito, a gente vê a ética, a gente vê que as crianças, desde cedo, são ensinadas a crescer com moral, com bons costumes, com valor da educação. Para concluir, Sr. Presidente, por isso encaminho o voto “sim”, parabenizando Ver.^a Mônica, e que nós não deixemos com que esse chefe de quadrilha destrua com os poucos avanços que nós temos na nossa sociedade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o Requerimento nº 143/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**.

Parabéns, Ver.^a Mônica Leal. Lamento muito que, nesta matéria, eu não possa votar, porque votaria mil vezes.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Apenas quero mencionar uma saudação à Ver.^a Karen Santos que postou nas suas redes ontem que está em tratamento de saúde, se recuperando, deixar divergências ideológicas à parte, queremos deixar o nosso carinho de pronta recuperação e desejar que Deus abençoe a Ver.^a Karen para que volte ao nosso convívio o mais rápido possível.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Feito o registro do nosso colega Tiago Albrecht, que também é pastor luterano.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, ao PLL nº 081/14.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 081/14 à apreciação das comissões, para parecer.(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, ao PLL nº 081/14.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 081/14 à apreciação das comissões, para parecer.(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Só uma questão de esclarecimento com relação à minha emenda. Eu fiz uma consulta ao pessoal da AIAMU aqui presente hoje, acompanhando aqui a assessoria, e a Unidade Financeira do Município é R\$ 5,00; então 20 unidades financeiras não teria nem como fazer a cobrança de R\$ 100,00; então a multa mínima que sugeriram é R\$ 500,00. Para quem aplicar um trote a multa é de R\$ 500,00, essa que é a intenção da Emenda nº 02.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0803/14 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 081/14, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que estabelece penalidade ao proprietário de linha telefônica que originar ligação fraudulenta para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU – 192) ou para a Central de Atendimento ao Cidadão (118), da Empresa Pública de Transporte e Circulação, revoga a Lei nº 11.144, de 21 de outubro de 2011, e dá outras providências. **(SEI 118.00058/2021-60)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Leonel Radde: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Mauro Zacher: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Gilson Padeiro: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- **incluído na Ordem do Dia em 24-05-21.**

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 081/14](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde, Presidente Moisés Maluco do Bem, venho a esta tribuna encaminhar projeto de minha autoria; cumprimentando V. Exa., cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara. O projeto de lei estabelece penalidade ao proprietário de linha telefônica que originar ligação fraudulenta para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, qual seja, o 192, telefonou para dar um trote para a ambulância, multa; e para a Central de Atendimento ao Cidadão, o 118, da EPTC, multa também. “Ah, vai ali e passa um trote; teve um acidente aqui, precisa da EPTC...” A EPTC se desloca para lá e não tem nada, trote. Apenas para exemplificar, então, que o parágrafo único traz aqui como elemento explicativo que, para fins desta lei, considera-se ligação fraudulenta toda e qualquer ligação que noticie fato ou informação falsa. Então aquele elemento que não tem nada o que fazer, pega o telefone e aplica um trote na SAMU, e, às vezes, pode até estar tirando a vida de alguém, porque a SAMU se desloca para atender uma ligação fraudulenta, mentirosa, chegar lá e não é nada, e o outro que está precisando... Não tem perna, o cobertor é curto, a gente sabe como é que é, especialmente na área da saúde, na EPTC também, então eu acho oportuno e importante que a gente possa aplicar uma multa nesse tipo de iniciativa. Inicialmente eu tinha feito aqui um projeto de lei, trazendo, em 20 unidades financeiras, mas a Unidade Financeira Municipal está em R\$ 5,00. Cobrar R\$ 100,00, às vezes, é até inviável do ponto de vista técnico. Vamos tocar logo uma multa de R\$ 500,00, porque o cidadão que se presta a passar um trote para chamar uma ambulância, quando não precisa, merece tomar uma

multa um pouco mais carregada, mais pesada. É nesse sentido, e eu acho que a Emenda nº 02, do Ver. Gilson Padeiro é boa também, porque ela também traz mais elementos para o formato de notificação ao proprietário da linha telefônica. Traz também ali um elemento de metodologia e procedimento a respeito da notificação do infrator ou do proprietário da linha. Às vezes nem é o próprio infrator, mas ele vai ficar sabendo que alguém usou o telefone dele para aplicar um trote. Hoje em dia, esse tipo de brincadeira sem graça não tem mais espaço e não tem mais ambiente, especialmente, no que diz respeito à saúde e ao trânsito também. Às vezes, um acidente grave de trânsito ali, a EPTC, a gente sabe que também o cobertor é curto, então fica esse nosso apelo, em nome da nossa bancada – eu, o Ver. João Bosco –, da bancada do PDT, por um encaminhamento favorável à aprovação do projeto, peço a atenção dos nobres pares nesta nossa tarde produtiva de trabalho. Pela atenção, Presidente Moisés Barboza, muito obrigado; era o que tínhamos para contribuir com o debate.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 081/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 081/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 081/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0014/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 002/23, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que institui o Programa Observatório da Pessoa com Doença Rara no Município de Porto Alegre. **(SEI 020.00111/2022-10)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Engº Comassetto: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. João Bosco Vaz: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relatora Verª Fernanda Barth: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Verª Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 19-06-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 002/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Mais uma vez, meu Presidente, este projeto institui o Programa Observatório da Pessoa com Doença Rara no Município de Porto Alegre, para que haja um cruzamento de informações dos bancos de dados das secretarias municipais para que possamos identificar quantas pessoas com doenças raras existem no Município de Porto Alegre e quais os tipos de doenças raras, para que assim possamos ter mais políticas públicas para essas pessoas, para que tenham um atendimento mais rápido e mais qualificado. Peço a aprovação dos senhores, nobres vereadores e vereadoras, sabemos que a doença rara tem que ter o mais rápido atendimento, mais urgente possível porque traz um risco de vida para essas pessoas, e, assim, elas poderão ter uma vida mais longa e com saúde. Obrigado, eu peço aprovação dos nobres vereadores. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Nós que agradecemos o poder de síntese, dado pelo autor, Ver. Alvoni Medina.

Em votação o [PLL nº 002/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do Requerimento nº 137/23 da ordem de priorização de votação, visto que o Ver. Jonas Reis não se encontra no plenário neste momento, sendo ele o autor. Obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

(18h) Encerrada a Ordem do Dia.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, colegas, Presidente. Eu peço a atenção de todos neste momento, porque o que eu vou fazer aqui é a uma necessidade muito grande de parlamentar que está no seu quarto mandato, que já foi secretário de estado da cultura, já trabalhou nesta Casa por 12 anos e nunca viu o que aconteceu aqui na quarta-feira. Fomos surpreendidos com um *card*, um *card* mentiroso, *fake news* de um colega, espalhando mentiras nas redes sociais. Primeiro, eu, como jornalista, quero dizer que é de uma irresponsabilidade sem tamanho se valer dos meios virtuais para disseminar mentiras, difamar a imagem de outras pessoas, incitando

comentários agressivos e inverídicos. E é importante dizer que o cidadão que espalha *fake news*, notícias falsas, pode ser responsabilizado. Isso é crime. Ninguém aqui cometeu nenhuma ilegalidade! Eu me deparei com um *card* com as nossas fotos dizendo que aumentamos salários dos próprios vereadores. É importante registrar nesta tribuna que a Constituição do Estado diz que isso tem que ser feito antes da próxima legislatura. Nós somos legisladores, nós cumprimos a lei na íntegra. Eu cumpro a lei na íntegra, até gostaria de dizer que a lei, muitas vezes, não me agrada, mas eu cumpro! Eu me senti ofendida, e vou além disso: eu sei o que eu espero da oposição, quem me conhece sabe que eu digo isso, agora de um amigo, de um colega, eu fiquei muito ofendida, Ver. Claudio Janta, com o seu *card* espalhado nas redes sociais, não só ofendida como muito sentida. Não se faz isso, de forma sorrateira, mentirosa – eu não aceito. Quero deixar aqui nesta tribuna o meu repúdio, a minha tristeza em estar no meu quarto mandato e assistir um colega fazer esse tipo de atitude contra os seus colegas. É mentira, ninguém aqui aumentou os seus próprios salários, ninguém aqui cometeu nenhuma ilegalidade, gambiarra, nada – nada disso foi feito! –, nós cumprimos com a Constituição estadual religiosamente. Teria que ser votado uma legislatura antes, e assim o fizemos. Apenas isso, eu queria fazer esse registro, porque a minha natureza é espontânea, objetiva e muito sincera. Eu não gosto de conviver com mentiras, por isso a necessidade de utilizar esta tribuna como vereadora e dizer que eu não aceito isso! Isso é um caso muito grave! Eu prezo muito o meu nome! Meu nome é o meu patrimônio! Abaixo a esse *card*! Isso é um caso inclusive de ser levado à Comissão de Ética! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Cláudia Araújo assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sra. Presidente Cláudio Araújo, satisfação vê-la conduzindo os trabalhos neste momento; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; assistência que está nas galerias. De modo especial, quero saudar a minha mãe, Sra. Lígia Madalena Albrecht, que está ali, veio conhecer hoje os trabalhos, juntamente com minha esposa, Aline Gehm Koller Albrecht, a quem saúdo, que já esteve outras vezes aqui. Dona Lígia que é mãe de nove filhos e o nono, que sou eu, saiu à perfeição. Ela tentou oito vezes, aí, quando eu nasci, veio a perfeição. Estou brincando evidentemente, então um beijo para Dona Lígia, também um beijo para minha esposa, que estão aí acompanhando esta sessão. Eu venho a essa tribuna, em tempo de liderança, para falar sobre dois assuntos. O primeiro, agradecer a minha vice-presidente da Frente Parlamentar de Defesa da Liberdade Religiosa e do Estado Laico, Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, pela parceria que estamos tendo, e fomos até o poder público Executivo para alinhar possibilidades de cursos legislativos a respeito do estado laico e da liberdade religiosa, no estado colaborativo que temos no Brasil. Nós também estivemos com o

nosso Dr. Lúcio Almeida, que é diretor da Escola do Legislativo desta Casa, que também abriu as portas para que nós pudéssemos oferecer, através dessa escola legislativa, cursos no sentido de capacitar assessores, vereadores, sociedade civil organizada a respeito do estado laico e da liberdade religiosa. Então, faço esse informe.

O outro assunto, eu quero agradecer a esta Casa por, de forma unânime, aprovar o Período de Comunicações do dia 14 de agosto próximo, para nós homenagearmos o centenário da Editora Concórdia, a casa publicadora pertencente à Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Há 100 anos a Editora Concórdia imprime materiais religiosos da igreja luterana, materiais que, inclusive, transbordam as fronteiras do Brasil. Então é uma casa publicadora que tem feito o seu trabalho, tem gerado renda, riqueza, empregos, já teve parque gráfico nesta capital. Saliento que nos anos 70 e 80, tínhamos, na Editora Concórdia, um dos parques gráficos mais modernos da América Latina. Então quero convidar a todos vocês desta Casa Legislativa, quero convidar a todos os pastores luteranos, todos os membros da Igreja Luterana, diretoria nacional da igreja, para que, no dia 14 de agosto, estejamos aqui nesta Casa, no período de Comunicações, homenageando os 100 anos da Editora Concórdia, casa publicadora pertencente à Igreja Luterana, há 100 anos em Porto Alegre, cumprindo o seu papel religioso, social, econômico e também de desenvolvimento tecnológico. Muito obrigado a todos. Obrigado pelas aprovações; fiquem todos com Deus. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, presidindo os nossos trabalhos, Ver.^a Cláudia. Eu gostaria de solicitar à Casa que abra duas imagens, primeiramente uma muito especial para mim, e rapidamente vou explicar. (Projeção de imagens.) Esta ex-servidora do Município, e eu não consigo não me emocionar quando falo dela, Lia Bernau, era subprefeita aqui na Zona Leste, ela ficou dois anos e meio afastada de trabalhar para o serviço público municipal por uma injustiça, por uma *fake news*, que teve trânsito em julgado essa semana. Promovida pelo PSOL na justiça, uma *fake news* que envolvia essa servidora, que teve que ser afastada e que graças à justiça foi inocentada essa semana. Nas redes sociais, ela foi acusada de trocar votos pelo “*kit bebê*”, e o PSOL tentava uma cadeira aqui entre nós, pedindo, inclusive, que eu fosse condenado, e eu aguardo dois anos e meio com isso entalado aqui. Eu, que nunca cheguei perto e sequer sei a cor de um *kit* desse. Ela foi prejudicada, dois anos e meio, e aqui, publicamente, eu quero, em nome da política baixa, vil, sacana, das campanhas eleitorais, pedir desculpas para ela que foi injustiçada; nessa mesma batida eu quero solicitar à Diretoria Legislativa que coloque aqui para a gente ver o *card* safado, ordinário, canalha, mau caráter que circulou aqui no dia de ontem. (Procede-se à apresentação.) É esse o *card*, senhoras e senhores, e eu não acredito que o vereador, ou que o seu assessor, ou que o político tenha criado esse *card* com boa-fé. O que está escrito ali: “Estes

vereadores votaram o aumento do seu próprio salário” é uma canalhice e é uma mentira! Nós, nessa Legislatura, vamos continuar recebendo o nosso salário, o nosso subsídio que em média é pouco mais de R\$ 10 mil líquido. Agora para estes que propagaram essa *fake news*, eu tenho um desafio... É muito fácil fazer isso de olho no estelionato eleitoral para ganhar votinhos e virar herói da opinião pública, momentaneamente, com mentiras. Eu faço um desafio e eu posso até não estar aqui, mas dia 1º de janeiro de 2025, aí eu vou ver quem são os vereadores contrários que vão devolver e abrir mão do subsídio de 2025, e vão pedir para receber o subsídio da atual legislatura. Subam aqui e digam: “Sou contra e quero receber os R\$ 10 mil, R\$ 12 mil líquidos da legislatura passada. Eles podem! Eleitores, por favor, eleitores, me façam um favor: já peçam para os candidatos que vocês estão aplaudindo por essa proposição para que eles façam, no cartório, uma declaração pública agora para pedir o seu voto, que registrem: “Eu, em 2025, vou pedir o subsídio da legislatura anterior”, que esse sim, é o nosso subsídio, e não o subsídio que esse *card* safado, antiético e canalha que foi distribuído nas redes no dia anterior. Muito obrigado; desculpem a forma acalorada do meu desabafo, porque isso é de um mau-caratismo sem tamanho.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Falando em *cards*, eu endosso o que a Ver.^a Mônica falou, o que o Ver. Moisés falou, porque realmente é de grande indignação você ver rodando nas redes sociais uma mentira deste tamanho, dizendo que nós votamos para aumentar o nosso próprio salário, e também que o aumento que se deu para o prefeito e para o vice seria para esse ano. Não, é para 2025, é para a próxima legislatura. Então este *card*, além de antiético, mentiroso, de má-fé. Eu vou dar o nome aqui: Ver. Claudio Janta. Está aqui o nome, está printado. E também o seu chefe de gabinete. Mas desde quando um chefe de gabinete está acima dos vereadores? Esse Parlamento existe porque nós existimos, porque nós ganhamos nas urnas, nós ganhamos a representatividade da cidade. Pois, para a nossa surpresa, também o chefe de gabinete remetendo a vários grupos esta mentira, esta falta de vergonha de pessoas que estão aqui conosco, convivendo conosco, mentirem desta forma! Também eu quero dizer que faço parte de quase todos os grupos que envolvem causa animal. Pois o Ver. Janta me parece que é um grande protetor, pois ele foi lá e colocou, foi de lá que eu recebi o primeiro *card*, e depois, o segundo foi do grupo do nosso governador. Então, é tão vergonhoso, é tanta ira, vingança porque não teve a sua emenda aprovada, porque não teve o que ele defendia aprovado, que ele fez nós passarmos por isso. Claro que é antiético, claro que merece muito bem um retorno sobre isso, não só na ética, mas também na justiça por dano moral; isto é dano moral! Quantas curtições deram, quantas pessoas estão iludidas com essa mentira, achando que nós aumentamos o nosso salário. Eu sou favorável a outros encaminhamentos, e assino embaixo, porque só assim nós vamos parar com esta forma

de as pessoas mentirem contra os colegas, denegrirem o Parlamento – e hoje já não se acredita muito em político –, mas aqui nós temos políticos diferenciados, políticos que não têm coragem de fazer esse tipo de movimento nas redes sociais e nada acontecer. Mas eu acho que desta vez vai acontecer. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Ver.^a Cláudia, que preside a sessão, eu venho aqui me aliar aos vereadores e vereadoras que me antecederam. É uma vergonha! É uma vergonha vermos colegas vereadores, e eu digo da base de governo, estarem fazendo uma política vil, uma política nojenta, uma política suja, uma política que nada tem a ver com debate de ideologia, de ideias, de moral, de valores. É uma ideologia que busca tentar lacrar. Eu nunca fiz *card* sobre votações de vereadores, se votam A ou B, porque eu acho que todos aqui temos maturidade suficiente para decidirmos o que vamos acertar e votar na hora do projeto que passa. Mas agora eu vou dizer para os senhores: eu venho de uma família íntegra, de uma família que traz a sinceridade, é honesta, uma família que preza a honra, preza o nome, e isso me atingiu de modos. Eu venho da Brigada Militar, que tem no seu âmago o zelo pela coisa pública, pela transparência, pela honestidade, pelo respeito. Agora, senhores, eu vou ver; aliás, eu nunca imaginei ver nesta Casa algo tão sórdido, a partir do momento em que o Ver. Janta, e me perguntaram: foi ele que fez o *card*? Não sei. Mas ele postou nas suas redes sociais – está printado. E bem falou a Ver.^a Lourdes, inclusive, assessor repassando adiante. Os assessores estão aqui porque os vereadores têm os seus mandatos. É uma inversão de ordem total, é um grande erro, um grande erro que o Ver. Janta fez, espero que os outros não o façam, porque erra quem acha que achatam salários produz economia; não, senhores, economia se faz exigindo competência, se faz chegando à eficiência que é o que nós precisamos no poder público, seja no Executivo, seja no Parlamento. Nós não aumentamos o nosso salário, nem o nosso, nem o do prefeito, nem do vice-prefeito. Isso é bom deixar bem claro nessa Câmara, porque é vil aquele que usa da rede social para colocar coisas mentirosas, *fake news*, como se nós, e eu tenho certeza de que vários dos colegas aqui estão sendo atacados, não tivéssemos hombridade, como se nós não tivéssemos respeito com a coisa pública e como se nós estivéssemos aumentando o nosso salário. Ora pois, o Ver. Janta, então, está certo que será eleito, está prevendo que ele terá o seu número nas urnas no ano que vem. Eu não sei se serei eleita, nenhum de nós sabe se seremos eleitos, mas fizemos o que diz a Constituição: que cabe à Câmara de Vereadores legislar a respeito do salário da próxima legislatura. Eu acho, sim, Ver. Alvoní, que é cabível uma Comissão de Ética, porque se fala tanto de *fake news*, de projeto em nível federal que vai acabar com as mentiras; estamos vivendo mentiras aqui dentro, de um colega que se diz que é da base, inimigo dentro da trincheira é a pior coisa que nós podemos imaginar. Então, Ver.^a Cláudia, que preside esta sessão, é, sim, um

desabafo onde tem que acontecer. Venha para esta tribuna, Ver. Janta, tenha coragem e seja homem de falar na nossa cara, que nós aumentamos o salário do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores. Chega de mentira! Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eu gostaria de dizer que faço minhas palavras as palavras dos vereadores que aqui estiveram na tribuna.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h21min.)

* * * * *